



Anais da Assembléia

Nº 132

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 10 DE OUTUBRO DE 1995

ANO XXI

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º - Secretário - PFL

EDGARD BUENO
3º Secretário - PSDB

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR LUIZ ROSSONI
PMDB	Deputado CAÍTO QUINTANA
PFL	Deputado ÉLIO RUSCH
PT	Deputado ÂNGELO VANHONI
PP	Deputado SÉRGIO SPADA
PPR	Deputado CÉSAR SELEME
PSC	Deputado JOCELITO CANTO
PTB	Deputado NELSON JUSTUS
PSDB	Deputado CEZAR SILVESTRI

Representação Partidária

PMDB – 12: Orlando Pessuti - José D. Mattos do Amaral - Cleiton Kielse - Nereu A. de Moura - Renato G. Adur - Ricardo Chab - Caíto Quintana - José Maria Ferreira - Celso Samis da Silva - Toti Colaço - José Tavares S. Neto - Luiz Cláudio Romanelli; **PP** – 10: Albanor J. F. Gomes - Duffio Genari - Irondi Pegliesi - Geraldo Cartário Ribeiro - Antonio Annibelli - Sérgio Spada - Augustinho Zucchi - Joel G. Coimbra - Neivo Beraldin - Edson Silva Lino; **PDT** – 10: Algaci Tulio - Antonio Belinati - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz R. Accorsi Motta - Edno Guimarães - Valdir Rossoni - Milton J. Pupio - Nelson Tureck - Walmor Trentini; **PTB** – 06: Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Alves - Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Hermas Brandão; **PFL** – 06: Carlos Simões - Nelson Garcia - Remy Borsato - Élio Lino Rusch - Plauto Miró Guimarães - Basílio Zanusso; **PT** – 05: Emerson Nerone - Irineu Mário Colombo - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - Péricles H. Mello - Angelo Vanhoni; **PSDB** – 03: Edgar Bueno - Beto Richa - Cezar Silvestri; **PPR** – 02: João T. Filho - César A. Seleme; **PSC** – 01: Jocelito Canto.

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA
ATA DA 98ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1995
(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Nelson Garcia e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Berardin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgard Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antônio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Irineu Colombo, Geraldo Cartário, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Marcos Alves, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Milton Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Remy Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede a leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Ofício:

OFÍCIO N° 231/95

Curitiba, 09.10.95

Senhor Presidente.

Tem este a finalidade de comunicar a Vossa Excelência, bem como ao ilustre Plenário desta Casa de Leis, que no dia 14 de outubro próximo estarei contraindo nupcias, motivo pelo qual deverei me ausentar dos trabalhos desta Casa por um período de 15 (quinze) dias, a partir desta data.

Solicito, portanto, a Vossa Excelência, dentro das normas do Regimento Inter-

no desta Casa, abono das faltas a que tiver direito.

Sem outro particular, apresento a Vossa Excelência e ao preclaro Plenário desta Casa protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente.

(a) MARQUINHOS ALVES

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 2929

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, regime de urgência para a tramitação do Projeto de Lei n° 175/95, que "autoriza o Governo do Estado do Paraná a realizar procedimentos para implantação e exploração comercial da Hidrovia Ivaí-Paraná e dá outras providências".

Sala das Sessões, em 10.10.95.

(a) MARQUINHOS ALVES

JUSTIFICATIVA:

A utilização do que dispõe o art. 182 do Regimento Interno desta Casa de Leis, solicitando regime de urgência para tramitação do Projeto de Lei n° 175/95, decorre de dois motivos:

1. O projeto de lei em pauta trata sobre assunto de relevante importância para a Região Noroeste do Estado, que aguarda a implantação definitiva da Hidrovia Ivaí-Paraná;
2. O referido projeto já tramita nesta Casa há mais de 90 dias.

REQUERIMENTO N° 2930

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, regime de urgência para tramitação do Projeto de Lei n° 291/95, com Substitutivo Geral já encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Sessões, em 10.10.95.

(a) MARQUINHOS ALVES

JUSTIFICATIVA:

Por ser um projeto de lei meramente denominatório de rodovia estadual, já com consenso verbal do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná, solicitamos a aplicação do que dispõe o art. 182, do Regimento Interno desta Casa de Leis, para tramitação do Projeto de Lei n° 291/95.

REQUERIMENTO N° 2948

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, para que seja votado em regime de urgência, o

Projeto de Lei n° 330/95, que declara de Utilidade Pública a Associação das Crianças e Adolescentes de Céu Azul - ACAZUL, com sede e foro na Cidade de Céu Azul - Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 10.10.95.

(a) RENY BORSATTO

REQUERIMENTO N° 2974

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inversão da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 10.10.95.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 2978

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o desarquivamento da Proposição n° 084/94, que é uma proposta de emenda constitucional, alterando o § 1° do art. 18.

Sala das Sessões, em 10.10.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2933

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4° do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 10.10.95.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO N° 2968

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, com base no Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, a diminuição de interstício para a realização de Sessões Extraordinárias, logo após a presente Sessão Ordinária, para apreciação de matérias aprovadas ou outras a serem incluídas.

Sala das Sessões, em 10.10.95.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

REQUERIMENTO N° 2932

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja registrado nos anais desta Casa, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Desembargador Negi Calixto, ocorrido ontem nesta Capital.

Sala das Sessões, em 10.10.95.

(a) ANIBAL KHURY

Apoio: Basílio Zanusso e Élio Rusch.
JUSTIFICATIVA:

Um dos grandes luminárias da magistratura do Paraná, Negi Calixto, fez uma afirmativa carreira como juiz, alcançando ao elevado cargo de Desembargador, quando chegou a desempenhar funções de Corregedor Geral do Poder Judiciário do Paraná. Ainda na sua contribuição para a justiça paranaense, foi professor universitário nas escolas superiores de Curitiba e um dos mais conceituados juristas de nossa geração, autor de vários livros técnicos. Deixa viúva, a Excelentíssima Senhora Violete Calixto e quatro filhos. Sua perda enlutou a sociedade paranaense, motivando expressivas demonstrações de respeito e pesar, inclusive luto oficial.

REQUERIMENTO N° 2936

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, votos de pesar pelo falecimento do Excelentíssimo Senhor Desembargador Negi Calixto, ocorrido no dia 09 de outubro de 1995, no Município de Curitiba, neste Estado.

E ainda, solicita que dos mesmos sejam dados ciência à família enlutada, residente à Avenida Visconde de Guarapuava, 4433, ap. 901, Curitiba - Paraná.

Sala das Sessões, em 10.10.95.

(a) NEIVO BERALDIN

REQUERIMENTO N° 2943

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a consignação na ata da presente sessão, de votos de profundo pesar pelo falecimento do Excelentíssimo senhor Desembargador Doutor Negi Calixto, ocorrido no dia 09 de outubro de 1995.

Requer outrossim, o envio de correspondência com inteiro teor do presente ao Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, na pessoa de seu Presidente o Excelentíssimo Senhor Desembargador Doutor Cláudio Nunes do Nascimento, como também à família enlutada.

Sala das Sessões, em 10.10.95.

(a) CLEITON KIELSE

Apoio: Basílio Zanusso.

REQUERIMENTO N° 2960

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas funções e atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que sejam registrados nos anais da sessão de hoje, votos de pesar pelo falecimento do Desembargador Negi Calixto,

ocorrido ontem, nesta capital.

Requer ainda que do presente se dê ciência aos familiares, através de correspondência a ser encaminhada ao Cerimonial do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, nesta capital.

Sala das Sessões, em 10.10.95.

(aa) ORLANDO PESSUTI
LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO N° 2963

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o soberano Plenário, REQUER a consignação em Ata de voto de pesar pelo falecimento do Desembargador Negi Calixto, ocorrido no dia 09 do corrente, em Curitiba.

Requer ainda, que da decisão do presente se dê ciência ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e à família enlutada - Senhora Violette Zahi Merheb Calixto, Avenida Visconde de Guaruapuava, 4433, ap.901, em Curitiba - CEP 80240-010.

Sala das Sessões, em 10.10.95.

(a) JOEL COIMBRA

JUSTIFICATIVA:

Ao longo de sua existência, as pessoas ou passam e desaparecem, ou deixam a marca indelével na memória das pessoas e nas comunidades que tiveram o privilégio de desfrutar do seu convívio. O Desembargador Negi Calixto foi um incansável batalhador pela Justiça paranaense e recebeu dos municípios por onde passou, o reconhecimento ao seu trabalho.

A Magistratura do Paraná, enlutada, perde um dos seus representantes mais conceituados, tendo o seu desaparecimento causado consternação em todo o Estado.

O presente requerimento objetiva, principalmente, prestar uma homenagem póstuma, a quem inegavelmente, durante toda a sua existência prestou incontestáveis serviços ao Judiciário paranaense.

REQUERIMENTO N° 2967

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de profundo pesar pelo falecimento do Desembargador Negi Calixto, ocorrido no dia 09.10.95, nesta Cidade de Curitiba, vítima de infarto do miocárdio.

Conceituado magistrado paranaense, Negi Calixto chegou a desempenhar as funções de Corregedor Geral do Tribunal de Justiça, entre outras funções de destaque na justiça paranaense.

Professor universitário, Negi Calixto, homem culto, estudioso, dedicado, brindou

sempre seus alunos com grandes ensinamentos e lições de vida e sabedoria.

Casado com a Senhora Violete Calixto, deixa quatro filhos e netos.

Uma vida voltada à justiça!

Um dos grandes estandartes do Judiciário Paranaense, Negi Calixto deixa um exemplo de vida, de dedicação, estudo, amor e busca da concretização da justiça.

Com sua morte, abre-se uma imensa lacuna não só entre seus familiares, mas também todos seus ex-alunos, amigos e admiradores.

Contudo, sabemos que a morte não é um fim, mas apenas uma passagem; e sua imagem alegre, amiga e justa estará para sempre gravada em nossos corações e mentes.

Este Parlamentar requer, ainda, que da decisão do Plenário, seja dado ciência à família enlutada, à Av. Visconde de Guaruapuava, n° 4433 - ap. 901 - Batel - Curitiba / PR.

Sala das Sessões, em 10.10.95.

(a) RICARDO CHAB

REQUERIMENTO N° 2973

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER a inserção, na Ata dos Trabalhos da presente Sessão, de votos de profundo pesar pelo falecimento do ilustre Desembargador Dr. Negi Calixto, ocorrido em data de ontem nesta Capital.

A sociedade paranaense, consternada, recebeu a notícia do repentino falecimento do ilustre Desembargador Dr. Negi Calixto que primou sua existência pela dedicação extremada à Justiça. Como Juiz ou Desembargador da Justiça do Paraná, Doutor Negi Calixto se notabilizou por suas posições firmes e coerentes.

Esta Casa, sensibilizada, homenageia o ilustre paranaense, postumamente, registrando em seus Anais os votos de profundo pesar, por seu falecimento.

Requer ainda, uma vez aprovada a presente proposição, que da mesma seja dado conhecimento à família enlutada, ao Senhor Desembargador Claudio Nunes do Nascimento, Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná e à Associação dos Magistrados do Paraná.

Sala das Sessões, em 10.10.95

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 2976

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do Dr. Negi Calixto, Desembargador do egrégio Tribunal de Justiça do Estado, ocorrido no dia de ontem nesta Capital.

Requeiro ainda, que a família enlutada seja cientificada desta homenagem póstuma.

Sala das Sessões, em 10.10.95

(a) JOSÉ TAVARES

REQUERIMENTO N° 2979

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, seja concedido voto de pesar pelo falecimento do Sr. Sebastião Borba Carneiro, ocorrido em 04/10 na cidade de Ponta Grossa.

Pessoa ligada a comunidade de Ponta Grossa, onde desenvolveu vários trabalhos em benefício da mesma, deixa tristeza entre amigos e familiares.

Requer, ainda que a decisão desta Casa, seja dado ciência à família enlutada, residente à Rua Tomazina, 420, Uvaranas, Ponta Grossa-PR.

Sala das Sessões, em 10.10.95

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 2980

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, seja concedido voto de pesar pelo falecimento do Sr. Mario Nadal.

Pessoa ligada a comunidade de Ponta Grossa, onde desenvolveu vários trabalhos em benefício da mesma.

Requer, ainda que a decisão desta Casa seja dado ciência à família enlutada, residente à Rua João Thomé, s/n°, Vila Marumby, Uvaranas, Ponta Grossa-PR.

Sala das Sessões, em 10.10.95

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 2981

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, seja concedido voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Bernardi, ocorrido no dia 03 de setembro na cidade de Ponta Grossa.

Pessoa ligada a comunidade de Ponta Grossa, onde desenvolveu vários trabalhos em benefício da mesma, deixa tristeza entre amigos e familiares.

Requer, ainda que a decisão desta Casa seja dado ciência à família enlutada, residente à Rua Silva Jardim, 600, Centro, Ponta Grossa-PR.

Sala das Sessões, em 10.10.95

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 2941

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto e soberano Plenário, a consignação na Ata da

presente Sessão de votos de louvor pela 5ª Festa da Criança Esperança, promovida pelo Lar Batista Esperança, a realizar-se no dia 14 de outubro de 1995.

Requer outrossim, o envio de correspondência alusiva à data ao Lar Batista Esperança, na pessoa de seu presidente o Pastor Nathaniel Martins Brandão Jr., à Rua Ten. Cel. Manoel Miguel Ribeiro, n° 233, Bom Retiro, Município de Curitiba, CEP: 80.520-090.

Sala das Sessões, em 10.10.95

(a) CLEITON KIELSE

REQUERIMENTO N° 2942

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a consignação na Ata da presente Sessão de votos de louvor e profícua administração à Diretoria da Federação das Indústrias do Estado do Paraná que tomou posse na data de 10 de outubro de 1995, para o período de 1995 a 1998 em Curitiba.

Requer outrossim, o envio de correspondência alusiva a data à entidade homenageada, na pessoa de seu Presidente o Sr. José Carlos Gomes de Carvalho.

Sala das Sessões, em 10.10.95

(a) CLEITON KIELSE

REQUERIMENTO N° 2952

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, voto de louvor, congratulações e muito aplauso ao Dr. Osmar Medeiros.

Catarinense de nascimento, paranaense de coração, Osmar Medeiros é um cidadão-exemplo, um pai dedicado e um profissional respeitado. Economista, advogado, contador, é um vencedor. Fundador da empresa Toma S/C, empresa de auditoria e assessoria empresarial, resolveu, depois de muito estudo, adquirir uma chácara para lazer de seus familiares e funcionários da empresa o que deu origem ao Babilônia Clube Campestre. O seu lado humanitário é revelado através de gestos. Colabora com entidades e escolas, cedendo todos os anos, as dependências do clube para festas e formaturas, principalmente para a Escola Municipal Pró-Morar Barigüi. O Clube Babilônia em pouco tempo de atividade já recebeu homenagem da Câmara Municipal de Curitiba pelas excelentes atividades e eventos.

Osmar Medeiros, dentre outros, recebeu ainda o prêmio Criatividade Empresarial da Revista Nova Dimensão e o mais recente troféu Planeta Vida da Revista Flash Magazine Internacional.

Devoto de Nossa Senhora de Fátima,

traçou seu próprio destino com muita honestidade, trabalho e dedicação. Alicerçado pela família seu maior ponto de apoio e dedicação, recebe esta homenagem sincera que representa nosso mais profundo reconhecimento.

Sala das Sessões, em 10.10.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2956

Senhor Presidente.

A estudante curitibana, Camila Figueiredo de Freitas, de 11 anos, recebeu na última semana das mãos do Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, em solenidade realizada no Itamaraty, em Brasília, o prêmio de vencedora do concurso nacional "Poesia Viva" evento especial do 5° Festival Internacional de Artes Cênicas.

Camila é aluna da quinta série da Escola Municipal Osmar Sabag e o concurso reuniu estudantes da quinta à oitava séries da rede municipal de ensino de diversos Estados da Federação. Como afirmou o Prefeito de Curitiba, Rafael Greca: "a poesia é a forma mais sofisticada de linguagem e torná-la acessível significa atacar de forma efetiva as carências culturais."

Merece a pequena Camila os votos de louvor desta Casa, pelo que, o Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER à douta Mesa da Assembléia, a inserção, na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de votos de louvor a estudante curitibana Camila Figueiredo de Freitas pela conquista do prêmio internacional "Poesia Viva".

Requer ainda, uma vez aprovado o presente, que do mesmo seja dado conhecimento a jovem estudante Camila, à Secretária Municipal de Educação de Curitiba, Prof. Liette da Rocha Blume e ao Senhor Rafael Greca de Macedo, Prefeito de Curitiba.

Sala das Sessões, em 10.10.95

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 2959

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, se faça consignar na Ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de regozijo pelo transcurso no próximo domingo, dia 15 de outubro, do "Dia do Professor."

Sala das Sessões, em 10.10.95

(a) BASÍLIO ZANUSSI

JUSTIFICATIVA:

Ao Professor é dedicado o dia 15 de Outubro.

Todos sabemos que o Professor ainda não conseguiu, na sua profissão, um padrão

de vida que lhe permita dedicar-se, sem preocupações, ao ensino, à educação e à formação da juventude. Muito do que se fala a respeito de nossos educandos tem a ver com a situação dos nossos educadores. Seria fácil fazer uma apologia ao Professor.

Mas de que adiantaria. Sem dar ao Professor o mínimo de condições materiais, planos, programas, diretrizes e quaisquer outras providências para "melhorar o ensino", de nada adiantará o seu empenho pessoal.

Neste 15 de Outubro desejamos ao Professor o respeito e a atenção que ele merece pela dignidade de sua profissão.

REQUERIMENTO N° 2962

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, voto de louvor ao Dr. Paulo Henrique Azzolini, Advogado e Vereador do Município de Curitiba, alusivos à sua participação na organização e coordenação geral do Seminário "Penas Alternativas - O Sistema Penal", realizado nos dias 5 e 6 de outubro do corrente, nesta Capital.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao Doutor Paulo Henrique Azzolini, através de correspondência a ser encaminhada à Câmara Municipal de Curitiba, Rua Barão do Rio Branco s/n, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 10.10.95

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 2934

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o duto Plenário, respeitosamente, REQUER, que seja enviado ao Município de Jataizinho, votos de congratulações pela passagem de seu aniversário.

Sala das Sessões, em 10.10.95.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO N° 2945

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o envio de votos de congratulações às lideranças políticas e aos munícipes do pujante município de Iporã, pela passagem de seu aniversário de Emancipação Política a ser comemorado no próximo dia 12.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Salvador Caetano da Silva, Mui Digno Prefeito Municipal de Iporã (Rua Pedro Álvares Cabral, 2677); aos Vereadores Cassio Murilo Trovo Hidalgo, Presiden-

te da Câmara Municipal; José Fermino de Souza; Aparecido Antonio Siquirollo; Dorival Passarella; Maria Aparecida Zago Udenal; João Francisco Sibim; Jorge João Simone; Jamil Rahoan e Joaquim Alves Filho (Rua Pedro Álvares Cabral, s/n) CEP: 87560-000; ao Deputado Federal Alexandre Ceranto (Av. Munhoz de Mello, 3800 - cj. 101 - Ed. Centro Comercial, CEP: 87501-190 Umuarama).

Sala das Sessões, em 10.10.95.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A data a ser comemorada com todas as famílias que moram em Iporã é importante e enche de orgulho todos que ali nasceram e aqueles que a adotaram como terra-mãe.

Mais um ano de vida sempre renova a esperança e a certeza de que o crescimento de uma cidade depende dos seus moradores.

Meus cumprimentos às autoridades constituídas e às lideranças deste município que por fazer parte da nossa microrregião crescem juntos em harmonia propiciando ao homem, ao trabalhador cada vez mais condições de vida.

REQUERIMENTO N° 2954

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o registro em ata da presente sessão, de votos de congratulações ao Município de Jataizinho pelo transcurso do seu aniversário no dia 10 de outubro.

Outrossim, solicitar que da decisão do Plenário seja dado ciência ao Prefeito Municipal e à Câmara dos Vereadores.

Sala das Sessões, em 10.10.95.

(a) EDUARDO TREVISAN

REQUERIMENTO N° 2955

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o registro em ata da presente sessão, de votos de congratulações ao Município de Curiúva pelo transcurso do seu aniversário no dia 26 de outubro.

Outrossim, solicitar que da decisão do Plenário seja dado ciência ao Prefeito Municipal e à Câmara dos Vereadores.

Sala das Sessões, em 10.10.95.

(a) EDUARDO TREVISAN

REQUERIMENTO N° 2957

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER a inserção, na ata dos trabalhos da presente sessão, de votos de congratulações com o Hospital Nossa Senhora das Graças que, no último dia 4 ce-

lebrou 42 anos de sua fundação.

Dirigido pelas irmãs Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo, essa instituição hospitalar, ao longo desses 42 anos de dedicação e sacrifícios para salvar vidas, tem sido modelo na busca constante de atualização e aperfeiçoamento científico, técnico e profissional. Merece o Hospital Nossa Senhora das Graças o louvor e agradecimento desta Casa.

Requer ainda, uma vez aprovada a presente proposição, que da mesma seja dado conhecimento a Senhora Diretora Superintendente do Hospital, Irmã Lourdes Margarida Thomé, ao Diretor-médico, Dr. João Cândido Araújo e ao Senhor Secretário de Estado da Saúde, Dr. Armando Raggio.

Sala das Sessões, em 10.10.95.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 2958

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER à douta Mesa Executiva a inserção, na ata dos trabalhos da presente sessão, de votos de congratulações com a Viação Itapemirim pelo lançamento, no último dia 5, do "StarBus", um "executive service" de primeira classe, visando em especial segurança e menor índice de poluição do ar, inicialmente unindo Curitiba X São Paulo e São Paulo X Rio de Janeiro.

No momento em que autoridades e comunidade unem-se para lutar pela preservação do meio ambiente, a iniciativa da Viação Itapemirim tem que ser vista como esperança de que empresários estão conscientizando-se da necessidade de tomarem medidas como essa. Ou seja, o motor do "StarBus", comparado com os motores diesel em geral, apresenta uma redução de até 82% de monóxido de carbono e hidrocarbonetos. Que possa essa iniciativa servir de exemplo a outras empresas.

Requer ainda, uma vez aprovada a presente proposição, que da mesma seja dado conhecimento à Diretoria da Viação Itapemirim e ao Senhor Secretário de Estado dos Transportes, Dr. Deni Lineu Schwartz.

Sala das Sessões, em 10.10.95.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 2961

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao Senhor José Carlos Gomes Carvalho, Presidente da FIEP - Federação e Centro das Indústrias do Estado do Paraná e demais Membros Integrantes da Diretoria, alusivos à posse para o Triênio 1995/98, ocorrida no dia de

hoje.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Presidente daquela Federação, Senhor José Carlos Gomes Carvalho, através de correspondência a ser encaminhada à Av. Cândido de Abreu n° 472, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 10.10.95.

(aa) ORLANDO PESSUTI

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO N° 2970

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, seja concedido voto de congratulações a Polícia Civil do Estado do Paraná, pela comemoração dos seus 142 anos de existência.

A Polícia Civil do Paraná, vem ao longo de 142 anos procurando cada vez mais desempenhar o auxílio aos paranaenses, dando segurança e tranquilidade.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dado ciência, em nome do Delegado Geral da Polícia Civil do Paraná, Toleb Baleche Barbosa, a Rua Barão do Rio Branco, 182 - Curitiba - PR, bem como ao Chefe da SANEPAR de Ponta Grossa, Senhor Iglã Oberg, Rua Balduino Taques, 1150.

Sala das Sessões, em 10.10.95.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 2971

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER a inserção na ata dos trabalhos da presente sessão, de votos de congratulações com a Guarda Municipal de Curitiba que, nesta data comemora o "Dia Nacional do Guarda Municipal" e formatura de 78 novos Guardas Municipais.

A Guarda Municipal de Curitiba, criada em 1986, vem prestando relevantes serviços pertinentes à segurança municipal e, nesta data em que comemora o "Dia Nacional do Guarda Municipal", acrescenta, ao seu efetivo de 1550 servidores, mais 78 novos Guardas Municipais, os quais receberam a orientação de profissionais experientes da Polícia Militar e Polícia Civil e do IMAP.

Requer ainda, uma vez aprovada a presente proposição, que da mesma seja dado conhecimento ao Senhor Diretor da Guarda Municipal, João Krainski Neto, ao Senhor Secretário da Segurança Municipal, CEL. Candido Alves de Souza, ao Diretor do IMAP e ao Senhor Prefeito Municipal, Rafael Greca de Macedo.

Sala das Sessões, em 10.10.95.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 2975

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção na Ata de votos de congratulações a iniciativa do jornal "Folha da Imprensa", em ser o mais novo matutino no Estado do Paraná.

Requer ainda, que da decisão deste duto Plenário, seja dado conhecimento ao Diretor-Presidente da "Folha da Imprensa", Alcy Ramalho Filho, a Rua Machado de Assis, 462 - Juvevê - CEP: 80030-370.

Sala das Sessões, em 10.10.95.

(a) BETO RICHÁ

JUSTIFICATIVA:

O Paraná possui agora mais um matutino. A iniciativa da "Folha da Imprensa", liderada por Alcy Ramalho Filho, vai proporcionar aos leitores paranaenses a oportunidade de verificar o estilo deste jovem matutino.

Em seu 5° ano de existência, a "Folha da Imprensa" já conquistou seu lugar na imprensa curitibana. Agora, graças ao dinamismo de seu diretor e equipe, o jornal poderá chegar a diferentes regiões do Estado.

REQUERIMENTO N° 2977

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER à duta Mesa a inserção, na Ata dos Trabalhos da presente Sessão, de votos de louvor e congratulações ao jornalista Dino Almeida, que comemora 40 anos de jornalismo.

Nesses 40 anos, o jornalista publicou mais de 12 mil colunas, e podemos afirmar, contribuiu grandemente para fazer a história de Curitiba e do Paraná. Há 31 anos atuando no prestigioso "Gazeta do Povo", é o pioneiro do jornalismo social no Paraná e soube nesse inserir o apelo em prol dos mais fracos e carentes. Sempre soube usar a parte sólida e abonada da sociedade no amparo aos necessitados.

Merece o jornalista Dino Almeida o louvor e as congratulações desta Casa.

Requer ainda, uma vez aprovada a presente proposição, que da mesma seja dado conhecimento ao ilustre jornalista, ao Doutor Francisco da Cunha Pereira Filho, Diretor da "Gazeta do Povo" e ao Sindicato dos Jornalistas.

Sala das Sessões, em 10.10.95.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 2925

Senhor Presidente.

Observadas as disposições constitucionais e regimentais, o adiante nominado, Deputado com assento nesta Casa, REQUER à Mesa seja oficiado ao Secretário de Estado da Educação, solicitando ao mesmo que informe à Assembléia sobre a atual situação

do projeto protocolado no Conselho Estadual de Educação sob nº 49/95, objetivando a criação do curso de Processamento de Dados em Cianorte, na extensão da Universidade Estadual de Maringá - UEM.

Trata-se de antiga reivindicação da comunidade de Cianorte, visto que as adversidades financeiras estão impossibilitando os estudantes de custear o deslocamento para Maringá a fim de frequentar o referido curso. A Prefeitura do Município de Cianorte não oferece mais o transporte para os alunos.

O projeto faz parte do programa de expansão da Universidade maringaense. Contudo, essa implementação depende dos trâmites legais que já inviabilizaram o atendimento para o ano de 1996, tendo em vista que o concurso vestibular foi aberto com vagas somente para os cursos criados anteriormente.

Sala das Sessões, em 10.10.95.

(a) EMERSON NERONE

REQUERIMENTO Nº 2926

Senhor Presidente.

Observadas as disposições constitucionais e regimentais, o Deputado adiante nominado, REQUER à Mesa seja oficiado ao Secretário de Estado da Administração, Reinhold Stephanes Júnior, solicitando ao mesmo que envie à Assembléia relação contendo os nomes dos pensionistas do Instituto de Previdência do Estado - IPE, que tiveram acordos para pagamentos de ações judiciais desfeitos por determinação do Governador, bem como qual é o valor percebido mensalmente a título de pensão e qual o valor final de cada indenização.

A "Folha de Londrina", no dia 19.09, publicou matéria destacando que as pessoas beneficiadas com esses acordos seriam aquelas possuidoras de polpudas pensões e o Governador não quer abrir precedentes para que outras pessoas tenham suas ações judiciais contra o IPE convertidas em acordos.

As informações veiculadas nos jornais a respeito do IPE têm provocado muitas indagações por parte dos aposentados e pensionistas.

A reivindicação visa oferecer mais informações para esclarecimento público.

Sala das Sessões, em 10.10.95.

(a) EMERSON NERONE

REQUERIMENTO Nº 2927

Senhor Presidente.

Observadas as disposições constitucionais e regimentais, o adiante nominado, Deputado com assento nesta Casa, REQUER à Mesa seja oficiado ao Secretário de Estado dos Transportes, Deni Lineu Schwartz, solicitando ao mesmo que informe à Assembléia se há previsão para o asfaltamento

da rodovia que liga Marialva a Santa Fé do Pirapó.

Essa reivindicação foi feita por moradores daquele distrito de Marialva, tendo em vista que o revestimento de paralelepípedos daquela estrada está cheio de buracos, o que vem prejudicando o desenvolvimento da citada região, em razão das dificuldades de deslocamento, sobretudo em se relevando que há na localidade pequenas propriedades rurais e o escoamento dos produtos agrícolas é muito difícil com a estrada nestas condições.

Sala das Sessões, em 10.10.95.

(a) EMERSON NERONE

REQUERIMENTO Nº 2928

Senhor Presidente.

Observadas as disposições contidas na Constituição Estadual e no Regimento Interno, o adiante nominado, Deputado com assento nesta Casa, REQUER à Mesa seja oficiado ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, Desembargador Cláudio Nunes do Nascimento, solicitando ao mesmo que informe à Assembléia se há previsão para a criação de mais uma Vara na Comarca de Porecatu, conforme reivindicação daquela comunidade, especialmente dos profissionais do Direito, que atuam naquela região e vêem os direitos dos clientes violados em função da morosidade da prestação jurisdicional, tendo em vista o acúmulo de serviço no fórum daquela comarca. Trata-se de iniciativa exclusiva do Tribunal de Justiça a proposição de projeto de lei objetivando a criação de mais Varas de Justiça Comum nas Comarcas do Estado do Paraná, motivo pelo qual se esperam sejam realizados estudos a fim de concretizar essa aspiração dos cidadãos porecatuenses.

É imperativo imprimir maior celeridade aos trabalhos do Poder Judiciário em todos os níveis e é nesse sentido que a população de Porecatu encarece a atenção do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, na certeza de que este órgão está promovendo os devidos esforços para corrigir essas distorções.

Sala das Sessões, em 10.10.95.

(a) EMERSON NERONE

REQUERIMENTO Nº 2935

Senhor Presidente.

O Deputado autor da presente INDICAÇÃO, na forma regimental, após ouvido o Plenário, REQUER à Mesa Executiva, o encaminhamento de sugestão ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, propondo a instalação de uma unidade de combate ao tráfico de drogas, na Sede da 12.ª Subdivisão Policial, em Jacarezinho.

Sala das Sessões, em 10.10.95.

(a) JOEL COIMBRA

JUSTIFICATIVA:

O art. 66 da Constituição Estadual, no se inciso IV, preceitua que "a criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e Órgãos da Administração Pública, são de iniciativa provativa do Governador do Estado". Daí o cabimento dessa INDICAÇÃO, que é o procedimento pelo qual o Poder Legislativo aciona outro Poder para a criação de mecanismos sobre matéria de sua iniciativa exclusiva.

A Assembléia Legislativa, como instituição representativa da vontade popular, compete interferir junto ao Executivo, em solene chamamento de forças "para essa verdadeira guerra santa que é o combate aos tóxicos".

Tal proposição coincide com o programa do atual governo para a área de segurança pública. Cumpre ressaltar, a propósito, que recentemente o Excelentíssimo Senhor Secretário de Segurança Pública, Doutor Cândido Martins de Oliveira, anunciou ao Paraná sua disposição de criar "Delegacias Especializadas no interior, dentre elas DELEGACIAS ESPECIALIZADAS AO TRÁFICO DE DROGAS".

Jacarezinho reclama, há muito, esse importante equipamento de segurança. Sua posição estratégica, situada na divisa de Paraná com São Paulo, contando com malha viária interligando-a ao Mato Grosso do Sul e Países fronteiriços (Paraguai, Uruguai e Colômbia), faz dela um ponto importante na rota do tráfico, razão pela qual é imprescindível dotá-la de estrutura especial, para proteção social na área em apreço.

Essa medida não acarretará aumento de despesas, eis que os custos desta operação poderão ser obtidos mediante recursos já previstos no orçamento da Secretaria de Segurança Pública.

REQUERIMENTO N° 2938

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, envio do presente expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Educação, Ramiro Wahrhaftg, bem como ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Conselho Estadual de Educação, Paulo Maia, solicitando que os mesmos realizem procedimentos no sentido de incluir no Currículo Escolar do Ensino de 1° Grau, conteúdo programático de prevenção contra tabagismo, conforme justificca.

Sala das Sessões, em 10.10.95.

(a) MARQUINHOS ALVES

JUSTIFICATIVA:

O tabagismo tem sido um dos problemas cruciais para a Medicina Preventiva, em razão das conseqüências que o fumo traz

para a saúde da população. Muito se tem dito sobre esse assunto, mas a prevenção contra o fumo ainda é tênue, em comparação com outras, como a da AIDS.

A inclusão de um capítulo especial de estudos nas escolas de Ensino de 1° grau, de prevenção contra o tabagismo, em muito ajudará a prevenir contra esse mal junto aos adolescentes em idade escolar.

REQUERIMENTO N° 2940

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições (art. 129 e seguintes do Regimento Interno), REQUER, após ouvido o Plenário, o encaminhamento de expediente aos Diretores do Diário do Noroeste e do Instituto Brasília de Pesquisas, manifestando votos de congratulações, pela criação e entrega do Prêmio Talento de 1995 de Paranaíba, que anualmente irão premiar os destaques em todas as atividades da vida da cidade, mediante pesquisa científica de opinião pública, haja vista que foram eles os idealizadores deste prêmio.

O endereço para correspondência é respectivamente: Av. Paraná, n° 1100, Cx. Postal 116, CEP 87.705-140, Paranaíba; R. Mal. Cândido Rondon, 870, térreo, Ed. Barrão do Rio Branco, CEP 87.704-120, Paranaíba.

Sala das Sessões, em 10.10.95.

(a) WALMOR TRENTINI

JUSTIFICATIVA:

A solenidade da entrega do Prêmio Talento de 1995, se constitui no mais importante evento de valorização da gente que faz Paranaíba uma cidade pujante e que quer resgatar sua real importância no cenário paranaense.

A felicidade da idéia e da parceria entre o jornal Diário do Noroeste e o Instituto Brasília de Pesquisas, duas instituições de credibilidade, avalizam a seriedade do prêmio e por isso a importância do mesmo, prestigiado pela sociedade paranaense, em noite memorável do último dia 06.

REQUERIMENTO N° 2944

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente a Excelentíssima Senhora Fani Lerner, Digníssima Presidente do PROVOPAR, solicitando a liberação de um veículo tipo Kombi, para o Município de Xambrê.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado o Senhor Pedro Lopes, Prefeito Municipal de Xambrê (Praça A. F. Costa, 236); ao Vereador José Francisco de Oliveira, Presidente da Câmara Municipal (Av. A. J.

Byington, s/n) CEP 87535-000); ao Deputado Federal Alexandre Ceranto (Av. Munhoz de Mello, 3800 - cj. 101 - Ed. Centro Comercial, CEP 87501-190 - Umuarama).

Sala das Sessões, em 10.10.95.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A reivindicação em questão objetiva proporcionar ao Município de Xambê, meios de realizar com maior eficiência o trabalho de assistência social, garantindo o transporte de doentes para tratamento médico-hospitalar periódicos, transporte das crianças às creches, idosos e deficientes. Enfim, todo o atendimento que exija deslocamentos através de veículo.

É imprescindível a colaboração do PROVOPAR, para que se possa amenizar o problema enfrentado por centenas de pessoas carentes, que dependem da ajuda da municipalidade para a sua sobrevivência.

REQUERIMENTO N° 2949

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, o encaminhamento de expedientes a Associação dos Serventuários da Justiça, e aos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos nas Comarcas do Estado do Paraná, para que seja divulgado o conteúdo da Lei n° 9.042, de 09 de maio de 1995, publicada no Diário Oficial da União n° 88, de 10 de maio de 1995, conforme cópia anexo, que dispensa a publicação de atos constitutivos de pessoas jurídicas, para efeito de registro público.

Sala das Sessões, em 10.10.95.

(a) RENY BORSATTO

JUSTIFICATIVA:

No dia de hoje faz exatamente 05 (cinco) meses desde a publicação da Lei 9042, que dispensa a publicação de atos constitutivos de pessoas jurídicas, para efeito de registro público, e até hoje os Cartórios de Registro de Títulos e Documentos, ainda estão exigindo que as entidades sociais que prestam assistência às pessoas carentes e as Associações de Pais e Professores das escolas públicas, publiquem os seus atos na Imprensa Oficial. Se o problema está na não divulgação da lei, queremos que a mesma seja encaminhada aos cartórios e a Associação dos Serventuários da Justiça, para que não seja mais ignorada, e as entidades não façam despesas desnecessárias.

REQUERIMENTO N° 2953

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Secretaria

de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, para que instrua a Coordenadoria da Região Metropolitana de Curitiba, no sentido de proceder reparos no anti-pó do terminal da Cachoeira, em Almirante Tamandaré, bem como fiscalização nos banheiros do mesmo terminal.

O pedido está sendo feito pelos usuários, os quais reclamam que em dias de chuva há muita lama, e nos dias de sol, a poeira é insuportável. Quanto aos banheiros, segundo os usuários, não tem higiene nenhuma.

Sala das Sessões, em 10.10.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2966

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Deni Lineu Schwartz, Secretário de Estado dos Transportes, solicitando revestimento primário (cascalhamento), numa extensão aproximada de 25 km, no Município de Rebouças, iniciando na localidade de Cochos, via Barreirinho dos Beltrão, Saltinho, Bugiu, até a sede do município.

Trata-se de justa reivindicação do Vereador do Município de Rebouças, Sr. Bertoldo Irineu Gross, por ser uma estrada de escoamento de produtos agrícolas, além da avicultura e suinocultura.

Há movimentação, pela estrada, de transporte dos escolares e linha de ônibus coletivo.

Sala das Sessões, em 10.10.95.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 2969

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de expediente ao Diretor Presidente da SANEPAR, Senhor Carlos Afonso Teixeira de Freitas, solicitando informações sobre:

- Arrecadação efetuada pela SANEPAR nos últimos três anos, ao Município de Ponta Grossa;
- A existência ou não de projetos futuros;
- Reinvestimento de obras de saneamento e ligações de água nos últimos três anos no Município de Ponta Grossa;
- Se na execução de tarefas pela SANEPAR de Ponta Grossa; quando são abertas vias públicas (na ligação de água e esgoto), o por quê da demora da recuperação das mesmas;
- Convênio da SANEPAR com o Núcleo Habitacional Santa Terezinha, que até agora não foi cumprido. Por quê?

Sala das Sessões, em 10.10.95.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 2964

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER envio de pedido de informação ao Exmo. Senhor Miguel Salomão, Digno Secretário de Estado da Fazenda, solicitando:

1. Qual o total das despesas com publicidade, feita pelo BANEESTADO no ano de 1994?
2. Especificar quais as empresas que receberam, o montante e o objeto das despesas.
3. Houveram licitações para estas contratações?
4. Foram pagas despesas sem a devida prestação de serviços?
 - 4.1. Se sim, para quais empresas e o montante.
5. Algum contrato foi cancelado?
 - 5.1. Se sim, qual a razão?
6. Foi assinado algum contrato de exclusividade?
 - 6.1. Se sim, com qual(is) empresa(s)?
7. No mês de dezembro de 1994 foi assinado algum contrato?
 - 7.1. Se sim, com qual(is) empresa(s) e seu(s) respetivo(s) valor(es).

Sala das Sessões, em 10.10.95

(a) DOUTOR ROSINHA

REQUERIMENTO N° 2972

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após a ouvida do Plenário, REQUER informações ao Exmo. Sr. Dante Bellinati Guazzi, DD. Secretário de Estado de Obras Públicas, no sentido do esclarecimento sobre todas as obras em andamento no Estado do Paraná, licitadas, em licitação ou já em execução, vinculadas ao Programa Estadual de Desenvolvimento Urbano - PEDU. Este esclarecimento deverá vir sob a forma de listagem que especifique a obra em questão, suas características técnicas, preço inicial e final, empreiteira ou empresa responsável pela execução e o local de sua atual ou futura execução.

O presente pedido de informações fundamenta-se no princípio da transparência administrativa, instituído constitucionalmente pelo "caput" do art. 37 da Constituição Federal e estabelecido a nível estadual pelo "caput" do art. 27 da Constituição Estadual. Tal listagem permitirá o controle transparente, por esta Casa de Leis, dos projetos em execução, visando coibir abusos, superfaturamentos e outras ações lesivas ao patrimônio público do nosso Estado.

Pelo exposto, e no sentido da vigência do princípio constitucional da proteção à moralidade pública e da transparência administrativa, e principalmente com o obje-

tivo de preservação do patrimônio público do Estado, é que se justifica a indispensabilidade do fornecimento das informações supra-requeridas.

Sala das Sessões, em 10.10.95

(a) ÂNGELO VANHONI

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 398/95
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica alterado o art. 1° da Lei n° 10.988 de 27 de dezembro de 1994, que declarou de Utilidade Pública a entidade denominada Missão El-Shadai, Ministério de Amparo à Criança e ao Adolescente, com sede e foro na cidade de Almirante Tamandaré.

Passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a entidade denominada Missão El-Shadai, Ministério de Amparo à Criança e ao Adolescente, com sede e foro na cidade de Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 10.10.95

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

A Missão El-Shadai-Ministério de Amparo à Criança e ao Adolescente, estava com sua sede e foro na cidade de Almirante Tamandaré, posteriormente mudou sua sede para Av. Presidente Kennedy, 2043 Vila Guaiara, Curitiba-PR, conforme publicação de extrato da Ata da Assembléia Geral Extraordinária realizada em 29.11.94, publicado no Diário Oficial do dia 07.04.95, pág. 92 (documento em apenso).

PROJETO DE LEI N° 399/95
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica denominada de Rodovia Mauro Bernardo Camargo da Veiga, a estrada que liga as cidades de Curitiba e Colombo.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.10.95

(a) ANTONIO BELINATI

JUSTIFICATIVA:

Pelo presente Projeto de Lei pretende-se homenagear um filho querido de Curitiba, que trabalhou pelo desenvolvimento de sua cidade natal e de Colombo, contribuindo para a melhoria de instituições sociais, creches e outros projetos.

Foi membro do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, com o Título de Preservador do Patrimônio Histórico e autor do livro "O Pai da História Paranaense", Antonio Vieira dos Santos, publicado em

1984.

Para melhor entendermos as qualidades desse paranaense, anexamos uma biografia do homenageado Mauro Bernardo Camargo da Veiga, ao mesmo tempo em que, espero, poder contar com o apoio dos nobres Srs. Deputados, visando a aprovação, por esta Casa de Leis, da proposição ora apresentada.

HISTÓRICO

MAURO BERNARDO CAMARGO DA VEIGA

Mauro Bernardo Camargo da Veiga, Arquiteto e Urbanista pela Universidade Federal do Paraná; Preservador do Patrimônio Histórico e Artístico Paranaense; membro do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense.

Filho de Dr. Bernardo Augusto da Veiga e Maria Emy Camargo da Veiga, nascido em Curitiba-PR, em seis de julho de 1952 e falecido em 18 de janeiro de 1995.

Cursou o Colégio Nossa Senhora Medianeira da 1.ª série em 1958 até seu ingresso na Universidade em 1974, aprovado no Vestibular para a Universidade Federal do Paraná no Curso de Arquitetura e Urbanismo, concluindo todos estes cursos com brilhantismo.

Defensor incansável das causas do Paraná. Era membro do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, com o Título de Preservador do Patrimônio Histórico e autor do livro "O Pai da História Paranaense", Antonio Vieira dos Santos, publicado em 1984.

Participou de diversos congressos e encontros internacionais de Arquitetura, entre eles o de Barcelona 1975. Era autor de diversos projetos de âmbito nacional e internacional, atuando nos melhores escritórios de arquitetura do mundo como o Bofil de Barcelona na Espanha.

Viajou várias vezes pelo mundo sempre visando aprimorar seus conhecimentos e trazer benefícios ao Paraná. Proprietário de imóveis rurais em Londrina e no município de Colombo onde residiu até o seu falecimento.

Era filho, neto e bisneto de paranaenses ilustres: como Dr. Affonso Alves de Camargo, duas vezes Presidente do Estado do Paraná e Senador da República; Dr. Bernardo Augusto da Veiga, Advogado e Jornalista, tendo sido proprietário do "Diário da Tarde" o mais antigo Jornal do Paraná; Major Percy Withers, Prefeito de Curitiba, fundador e proprietário da Companhia Estearina Paranaense; e do Coronel Bento Martins de Azambuja, Vereador de Curitiba e industrial de renome no Paraná.

Mauro foi também um grande promotor do desenvolvimento das cidades de Curitiba e Colombo, sempre contribuindo para melho-

rias como construções de creches, instituições sociais, projetos arquitetônicos e urbanísticos.

Cursou também a Escola de Filosofia da Universidade da Arquidiocese do Rio de Janeiro, tendo concluído com as melhores notas.

Membro do Instituto Histórico, tinha inteligência e cultura privilegiadas, deixou uma biblioteca com mais de dois mil livros, várias telas e desenhos de sua autoria.

Dono de um caráter ímpoluto, e um conhecimento artístico ímpar, esse paranaense deixou memória inesquecível.

PROJETO DE LEI N° 400/95

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica criado o Programa de Crédito Educativo para estudantes do curso universitário de graduação com recursos insuficientes, próprios ou familiares para o custeio de seus estudos.

Art. 2º - Poderá ser titular do benefício de que trata a presente lei o estudante comprovadamente carente e com bom desempenho acadêmico, desde que atenda à regulamentação do Programa.

§ 1º - A seleção dos inscritos ao benefício de que trata esta lei, será feita pela direção da Instituição de Ensino Superior juntamente com a entidade máxima de representação estudantil da entidade.

§ 2º - O financiamento dos encargos educacionais poderá variar de trinta a cem por cento do valor da semestralidade ou anuidade, conforme o regime acadêmico do curso em que estiver matriculado.

Art. 3º - A Secretaria de Estado da Educação, fixará, num prazo de noventa dias, as diretrizes gerais do programa e será a responsável pela sua supervisão.

Parágrafo Único - A SEED deverá estabelecer prioridades para a seleção dos candidatos ao Crédito Educativo, tendo por base a carência econômica, as áreas de conhecimento e as necessidades regionais de formação de recursos humanos, com vistas ao desenvolvimento do Estado.

Art. 4º - O Banco do Estado do Paraná - BANESTADO - será o executor da presente lei, conforme regulamentação do Banco Central do Brasil, no que se refere às normas operacionais e creditícias, podendo partilhar seu Programa de Crédito Educativo com outros bancos ou entidades, mediante convênios.

Art. 5º - Os recursos a serem alocados pelo executor do Programa terão origem:

- a) no orçamento do Estado, através da Secretaria de Estado da Educação;
- b) na totalidade do resultado líquido de três edições extras das loterias administradas pelo SERLOPAR;
- c) Reversão dos financiamentos concedidos;
- e,
- d) outras fontes.

Parágrafo Único - Num prazo de dez anos, os recursos orçamentários destinados ao Programa de Crédito Educativo não poderão ser inferiores aos aplicados no ano anterior (exceção do primeiro ano por não constar qualquer valor inicial), corrigidos na mesma proporção do índice do crescimento do Orçamento do Estado.

Art. 6º - Os juros sobre o Crédito Educativo não ultrapassarão anualmente a seis por cento.

Art. 7º - O contrato de que trata este projeto de lei estabelecerá as condições de transferência dos recursos por parte do BANESTADO e as garantias relativas em caso de atraso dos repasses, estando, em função deste último aspecto, as instituições de ensino conveniadas, impedidas de:

- a) suspender a matrícula do estudante;
- b) cobrar mensalidades do estudante, mesmo como adiantamento.

Parágrafo Único - Havendo atrasos superiores a trinta dias nos repasses dos valores devidos pelo BANESTADO ou qualquer instituição conveniada, os pagamentos serão efetuados com correção nos mesmos índices cobrados dos beneficiados pelo programa.

Art. 8º - O BANESTADO, a Secretaria de Estado da Educação e a Instituição de Ensino credenciada para a execução do Programa de Crédito Educativo, firmarão Termo de Convênio onde serão explicitadas as respectivas responsabilidades:

I - da SEED em repassar os recursos orçamentários destinados ao Programa de Crédito Educativo;

II - do BANESTADO em executar o programa e em repassar para as Instituições de Ensino, dentro de um cronograma pré-estabelecido, o montante da semestralidade ou anuidade dos alunos mutuários, observados os dispositivos desta lei;

III - das Instituições de Ensino em selecionar os alunos para o Programa, fazer o acompanhamento do seu grau de carência, do seu desempenho acadêmico e abster-se de cobrar a parte a semestralidade ou a anuidade coberta pelo Programa de Crédito Educativo e de responsabilidade deste.

Art. 9º - A SEED constituirá uma Comissão de Supervisão, Acompanhamento e Orientação do Programa de Crédito Educati-

vo em todo o Estado do Paraná.

Parágrafo Único - A Comissão prevista no "caput" deste artigo, credenciará as Instituições de Ensino Superior para participar do Programa.

Art. 10 - Anualmente a SEED fixará o percentual do financiamento dos encargos educacionais, referente à semestralidade ou anuidade a que se propõe o Programa.

Parágrafo Único - O aluno informará o percentual desejado de financiamento dentro dos limites fixados no parágrafo 2º do Artigo 2º da presente lei, por ocasião da sua inscrição no processo seletivo para ingresso no Programa.

Art. 11 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.10.95.

(a) SÉRGIO SPADA

JUSTIFICATIVA:

A proposição para a criação do Programa de Crédito Educativo está sendo feita para atender estudantes carentes no Estado do Paraná que desejam frequentar um curso universitário de graduação e os seus recursos ou de seus familiares não são suficientes para o custeio destes estudos.

Desta forma o Poder Executivo, numa somatória de trabalhos com o BANESTADO, com a Secretaria de Estado da Educação, e envolvendo os serviços de Loteria do Paraná, que são dirigidas pelo SERLOPAR, com Loteria do Estado, Raspinha, Premiata e outros testes de prognósticos, bem como, utilizando-se de recursos do próprio Poder Público Estadual, criará um fundo com o qual poderá manter o Programa de Crédito Educativo, a nível estadual, a exemplo do que existe na esfera federal.

Nenhum Governo pode ficar insensível ao problema do alto custo das escolas universitárias particulares, e nem tampouco terá recursos para criar o número de escolas de terceiro grau pública que possa atender toda a demanda e o interesse, principalmente, da juventude de nosso Estado. Desta forma, não vemos outra fórmula que não seja a da criação de um Programa de Crédito Educativo para financiar o anseio daqueles que possuem o desejo de boa vontade de passarem pelas escolas universitárias e não fazem por falta de recursos.

Cremos na possibilidade da criação deste Programa que atenderá um público alvo de milhares de alunos universitários que serão beneficiados com a medida proposta, que sem este benefício tendem a parar de estudar.

O envolvimento de órgãos estatais como o BANESTADO e o SERLOPAR, são fundamentais para o cumprimento deste Programa que terá

um grande alcance social, e que por certo vem de encontro com o Programa de Governo apresentado pelo Governador Jaime Lerner, com grande preocupação na área de estudos de terceiro grau, que servirá também para o aprimoramento da tecnologia de nosso Estado.

A tese central usada para a criação do presente Programa é a garantia do acesso aos estudos universitários de um expressivo contingente de jovens que, devido às dificuldades de natureza social e econômica, não têm condições de custear seus estudos.

Sabemos das dificuldades iniciais que por certo teremos para a implantação do Programa no Paraná, mas sabemos que nada que apareça sejam obstáculos insuperáveis, e os resultados futuros serão gratificantes. Vencidas as primeiras dificuldades, por certo o Programa atingirá uma meta das mais importantes que é a de atender o estudante carente que deseja frequentar um curso universitário.

Assim, nós, homens públicos estaremos não só cumprindo o nosso dever de zelar pelo direito ao acesso de todos ao ensino, como também, veremos solucionado um dos mais graves problemas sociais do nosso Estado.

Por estas razões, peço o apoio dos meus colegas Parlamentares, para garantir a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI N° 401/95
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica concedido o Título de Cidadã Benemerita do Paraná, a Senhora Emilia de Salles Belinati.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.10.95.

(a) BETO RICHA

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição tem por objetivo render justa homenagem à Senhora Emilia de Salles Belinati, que chegou a vice-Governadora respaldada pelo excelente trabalho desenvolvido na Assembléia Legislativa e por uma história de vida ímpar. A escolha da então Deputada Estadual - em seu primeiro mandato - para ser a vice da chapa vitoriosa encabeçada por Jaime Lerner não revelou simplesmente um consenso em torno do seu nome. Única mulher eleita para a 12ª Legislatura, Emilia não teve uma única voz discordante quando de sua indicação, prova irrefutável de uma extraordinária capacidade de articulação política, amplo conhecimento dos problemas sociais do Estado do Paraná e inabalável fé na

atividade pública, como caminho para amenizar as injustiças da sociedade contemporânea.

A vida dessa londrinense de nascimento tem sido repleta de grandes realizações. Sempre ao lado de seu marido, o atual Deputado Estadual Antonio Belinati, Emilia acompanhou o processo de crescimento de sua cidade (Londrina) sob a ótica do administrador público sensível às questões inerentes aos cargos do Executivo. Como Primeira-Dama, não foram poucas as vezes em que se deparou com problemas que sempre mereceram atenção especial, e uma solução inteligente. Paralelamente, as obrigações domésticas foram cumpridas com a mesma dedicação, gerando uma família que cresceu em torno de seus integrantes públicos.

A conduta ética e serena demonstrada nas ocasiões em que assumiu interinamente o Governo do Estado, reforça a figura leal da vice-Governadora. Na ausência do Governador Jaime Lerner, o Estado tem ficado nas boas mãos de Emilia, uma mulher que está escrevendo sua própria história e a dos paranaenses. Sua representatividade e seu carisma são colocados a prova diariamente, em todos os cantos onde se faz presente.

De forte personalidade, Emilia não esmoreceu diante das dificuldades. Sua força interior está refletida em cada gesto, em cada ação. Sua crença no próximo faz dela uma cidadã especial que, no exercício de seus direitos sabe caminhar com passos certos em direção ao futuro. Esta homenagem, será um coroamento ao esforço e dedicação a uma pessoa que, ainda vai ajudar muito aos paranaenses e ao Paraná.

PROJETO DE LEI N° 402/95
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Governo do Estado do Paraná autorizado a retroceder ao Município de Paçandu a Data de Terra n° 14, da Quadra n° 17, localizada na Cidade de Paçandu, Estado do Paraná, com área de 532,10 m².

Art. 2° - Fica também o Governo do Estado do Paraná autorizado a doar ao Município de Paçandu o imóvel construído pela Administração Pública Estadual sobre a referida data de terra, com fim específico para atendimento ao Serviço Único de Saúde do Município.

Art. 3° - O Governo do Estado do Paraná realizará os procedimentos legais para a retrocessão da referida data de terra, bem como para a doação do imóvel sobre ela construído, à Administração Municipal de Paçandu.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições que a contrariem.

Sala das Sessões, em 10.10.95.

(a) MARQUINHOS ALVES

JUSTIFICATIVA:

O Município de Paçandu, através da Lei Municipal nº 334/81, de 20/04/81, doou ao Governo do Estado do Paraná, especificamente à Secretaria de Estado das Finanças, a Data de Terra nº 14, da Quadra nº 17, localizada no Município de Paçandu, com finalidade de o Estado do Paraná construir ali um prédio para a instalação da Agência de Rendas Estaduais.

O imóvel foi construído e nele funcionava a Agência da Receita Estadual, numa área de 162,35 m². Com o decorrer dos anos, a agência estadual foi desativada e o prédio ficou ocioso.

O município utiliza hoje esse prédio para o Serviço de Saúde. Ali funciona um laboratório de análises clínicas. Mas, a Administração Municipal deseja ampliar esse atendimento, com ambulatório de fisioterapia e outros.

A reversão do terreno para a Administração Municipal é necessária, objetivando outras construções de utilidade pública municipal.

PROJETO DE LEI Nº 403/95

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - As disposições funcionais de servidores da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo do Estado, para órgãos do mesmo Poder, para outros Poderes do Estado, outros Estados, municípios e Governo Federal, somente serão efetivadas com ou sem ônus para o órgão de origem, por permuta, ou, para o exercício de cargo de Comissão, função de direção ou função qualificada de chefia, mediante autorização do Chefe do Poder Executivo, ou a quem este delegar.

Parágrafo Único - É vedada a cessão de servidores públicos a empresas privadas.

Art. 2º - Quando a disposição for efetivada para exercício de cargo de Comissão, função de direção ou função qualificada de chefia, o servidor poderá optar pela remuneração do cargo ou função, ou pela remuneração do cargo efetivo, acrescido das vantagens correspondentes, estabelecidas em legislação própria.

Art. 3º - As disposições funcionais serão autorizadas até o dia 31 de dezembro do respectivo ano, podendo ser renovadas anualmente, sem qualquer impedimento.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor a

partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.10.95.

(a) BETO RICHIA

JUSTIFICATIVA:

Desde a edição da Constituição Estadual, em 1989, a administração pública se ressentia da necessidade de se disciplinar a matéria relativa às disposições funcionais, dando de um lado segurança ao servidor público que verá seus direitos e garantias quando no exercício de função relevante em outro ambiente profissional que não o original, e de outro a própria administração pública que terá mecanismos para ordenar o sistema de recursos humanos.

As disposições funcionais são necessárias inclusive para manutenção de tarefas e ações públicas do interesse do Estado em seu conjunto orgânico, daí que a sabedoria de governos tem procurado atender as solicitações, sejam de outros Poderes do Estado como também de outras esferas administrativas e é claro dentro do mesmo poder.

O presente projeto de lei visa, pois, regulamentar o Art. 43 da Magna Carta Estadual, atendendo de um lado a fonte originária, isto é, a Constituição, de outro, atende apelos incessantes do egrégio Tribunal de Contas do Estado do Paraná e mesmo da Administração Pública Estadual. A aprovação do projeto e sua conversão em lei em muito beneficiará a Administração Pública, tanto no referente à política de recursos humanos como de política gerencial dos interesses públicos.

PROJETO DE LEI Nº 404/95

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica obrigatória a inclusão da navegação fluvial nos estudos e projetos de divisão de quedas para fins de aproveitamento hidrelétrico dos rios estaduais, de modo a viabilizar a implantação de hidrovias contínuas em toda a extensão desses cursos d'água.

Art. 2º - Fica obrigatória a instalação de eclusas ou outros dispositivos de transposição para fins de transporte hidroviário, em obras de represamentos de rios navegáveis ou potencialmente navegáveis.

Art. 3º - Sem prejuízo das demais exigências legais, no licenciamento ambiental dos empreendimentos de que trata o art. 1º desta lei, serão incluídas, obrigatoriamente, as respectivas eclusas ou outras obras de transposição.

Art. 4º - O Estado articular-se-á com a União e os Municípios na implantação das

instalações hidrelétricas, visando ao aproveitamento do potencial de navegabilidade dos cursos d'água, atendida a política dos recursos hídricos.

Art. 5º - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 120 (cento e vinte) dias, a contar da data de sua publicação.

Art. 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.10.95

(a) NEIVO BERALDIN

JUSTIFICATIVA:

Embora sendo gestão integrada a forma mais moderna e eficaz de aproveitamento de recursos hídricos, alguns ainda vêm merecendo mais ênfase e investimentos do que outros igualmente importantes. É o caso da geração de energia elétrica, para cujo aproveitamento são construídas as barragens desconsiderando-se o potencial de navegabilidade dos cursos d'água, através de projetos que não incluem a execução de eclusas ou outras obras para a transposição do desnível criado.

A gestão integrada resulta do conceito de aproveitamento múltiplo das águas, através do qual os investimentos na construção de barragens devem ser otimizados para gerar benefícios, tais como: energia hidrelétrica, transporte rodoviário, controle de inundações, irrigação, piscicultura e turismo. Além disso, projetos dessa natureza tornam-se fortes indutores do desenvolvimento regional.

A experiência de outros países nesse setor tem demonstrado um grande crescimento industrial e agrícola das áreas onde foram implantados sistemas de navegação fluvial. A prosperidade do Vale do Rio Tennessee, uma das regiões mais pobres dos Estados Unidos da década de 1930, se deu após a construção de barragens que geraram a energia e o transporte hidroviário (econômico) necessários para o desenvolvimento industrial resultando daí a criação de mais de 45.000 empregos diretos. Na Europa o transporte hidroviário também é tratado com absoluta prioridade, sendo que no leste europeu a extensão de vias navegáveis é superior a 25.000 Km e a movimentação de cargas é da ordem de 700 milhões de toneladas por ano.

Ao contrário desses países, o Brasil, ao invés de aproveitar essas imagens "estradas naturais", lhes criou obstáculos intransponíveis, inclusive seccionando alguns trechos navegáveis. Apesar de possuir um potencial de vias navegáveis estimado em cerca de 40.000 Km, o setor de navega-

ção fluvial participa em apenas 1% da movimentação de total de cargas do país.

Alguns Estados preocuparam-se com o desenvolvimento do setor e investiram, juntamente com a União, em obras hidroviárias. Destacam-se assim os Estados de São Paulo e Rio Grande do Sul. A Hidrovia Tietê-Paraná, em São Paulo, já opera comercialmente numa extensão de 1.040 Km, devendo ligar-se ao sul do Rio Paraná até a barragem de Itaipu em 1996, passando a uma extensão total de 2.500 Km. A propósito, com isto criar-se-á um grande corredor de transporte de baixo custo tanto para exportação quanto para importação, o que trará reflexos na economia do Estado do Paraná, alterando o direcionamento dos fluxos de carga, assim como da industrialização e comercialização dos produtos da região. Este fato deve constituir um alerta ao Estado, que deverá viabilizar também meios econômicos e competitivos de transporte, como é o caso do hidroviário.

Em valores médios, o transporte hidroviário é quatro vezes mais econômico que o ferroviário e dez vezes mais econômico que o rodoviário. Além do seu reduzido custo de conservação, é também mais seguro em relação a esses outros modais. Associada ou não ao transporte ferroviário, destinada ao transporte de grandes quantidades de cargas a granel movimentadas a grande distância, a navegação fluvial pode constituir-se também numa alternativa para aliviar os fluxos de cargas pesadas das rodovias, resultando assim em menores custos de transportes e de manutenção rodoviária, além de contribuir com a redução do número de acidentes nas estradas.

Uma eclusa ou obra de transposição de desnível representa 5% a 15% do valor do empreendimento hidrelétrico, podendo em muitos casos ser inferior à parcela destinada a imprevistos e eventuais constantes dos orçamentos das obras hidrelétricas.

A falta de visão estratégica e de planejamento do uso dos recursos hídricos gerou uma série de obstáculos em rios que poderiam hoje servir como grandes corredores de transporte. A divisão de quedas sob a ótica da geração de energia cria grandes desníveis, inviabiliza a transposição, e ainda inunda vastas áreas produtivas. O exemplo próximo mais negativo dessa prática foi a construção da barragem de Capivara no Rio Paranapanema. Neste Rio também foram construídas as barragens de Taquarugçu e Rosana sem eclusas, inviabilizando o que poderia ser uma hidrovia com quase 400 Km de extensão.

Neste contexto pode-se inserir também o Rio Iguaçu, o qual devidamente conectado com segmentos ferroviários poderia constituir-se grande corredor de transporte.

Por isso, urge que se disponha de um

instrumento legal que discipline o uso dos cursos d'água para a navegação, para que não tenhamos, no futuro, de realizar, a duras penas, o que foi relegado por falta de uma visão maior.

Alguns dos objetivos já descritos, o projeto de lei ora apresentado, tendo em vista seu art. 4º, visa também promover e viabilizar uma política de uso múltiplo de recursos hídricos, determinando ao Estado articular-se com a União e os Municípios na exploração e operação de instalações hidroenergéticas, nos termos do art. 21, XII, "b", da Constituição Federal, visando ao aproveitamento do potencial de navegabilidade dos cursos d'água.

Cumpre-se destacar ainda, que além dos benefícios anteriormente citados, as eclusas ou outras obras de transposição também contribuem para minimizar os impactos ambientais negativos decorrentes do represamento de um rio, na medida em que podem ser utilizadas pela fauna aquática como elemento de transposição.

Cientes do relevante benefício que este projeto trará ao Estado, contamos com o apoio dos nobres colegas para aprová-lo.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Deputado Nelson Tureck.

O SR. NELSON TURECK - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Pegando hoje a Folha da Gazeta do Povo e vendo aqui uma matéria "acordo deve liberar verbas a obras inacabadas. Parlamentares de todos os Partidos querem garantir que os recursos do orçamento, sirvam para concluir obras como a Ferrovia Norte Sul. E a Comissão de Orçamento dará prioridade para as conclusões."

Quero dizer que vejo essa notícia com muita satisfação e com muita alegria, porque quando fui Prefeito do Município de Luiziana nós começamos o hospital e aqui nós vemos essa matéria que são 1750 obras em todo o Brasil só de hospitais e Postos de Saúde. Pois bem, nós temos só na nossa região o Município de Luiziana que é um hospital que nós começamos em 1989, com verbas de três milhões na época e mais um recurso em 1992, quando era Ministro da Previdência e também Deputado Federal o Sr. Reinhold Stephanes através da Fundação Nacional de Saúde trouxe mais uma verba de 370 mil e esses recursos não foram suficientes para que a obra desse hospital fosse terminada, motivos da inflação e quando os recursos chegavam, até saíam aquelas licitações através da Fundação Nacional de Saúde, quando chegavam os materiais já tinham se passado mais de quatro meses.

Nós vemos também o nosso hospital re-

gional da Santa Casa de Campo Mourão que é uma obra prioritária não só para Campo Mourão, mas sim para toda a Região Centro Oeste do Estado do Paraná, principalmente para os 28 municípios que compõem a nossa região da CONCAN. É um hospital que vem de encontro às necessidades daquela população porque nós não temos hoje uma UTI. Em Campo Mourão, e muitas vezes são os problemas que ali chegam na área da Saúde em que um paciente precisa da UTI tem que se deslocar até o Município vizinho que é o Município de Maringá. E com esse acordo entre os parlamentares, esse acordo entre o Congresso e também o Presidente da República, eu acredito que essas obras chegarão ao final com a conclusão de liberação de recursos no Orçamento da União para o ano de 1996.

É uma notícia muito boa que nós esperamos que ela se torne realidade ao longo do tempo, principalmente até a espera do ano de 1996, para que esse sonho, para que essa realidade chegue ao fim com a conclusão dessas duas importantes obras que é na nossa região porque são apenas mais duas. Porque nós temos 1750 em todo o Brasil e mais de 4.000 em todo o Estado Brasileiro. E está na hora realmente que aconteça essa liberação e dar um exemplo aos Parlamentares de obras do Governo Federal aos Srs. Deputados. Nós vemos muitas vezes a irresponsabilidade e muitas vezes a incompetência que nós vimos em 1990, é um testemunho de que esses Deputados daqui, dizer aos Srs. Deputados, em 1990 nós levamos 45 projetos ao Governo Federal e foram jogados no orçamento para 1991. Em 1991 nós não recebemos os recursos. Nós só fomos receber esses recursos em abril de 92 e como é que você vai ter condições de terminar obras com uma inflação que tínhamos de 45, 50, 60%? Não era possível.

Portanto, nós esperamos agora de, no governo novo de Fernando Henrique Cardoso e principalmente do governo novo do Paraná, "Novos Caminhos", do Jaime Lerner, nós possamos concluir todas as obras inacabadas e que tanta falta fizeram ao povo do Paraná e ao povo do Brasil.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Com a palavra o Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Sr. Presidente.

Vim aqui num rápido encontro, quero agradecer aos Senhores, a todos os Deputados, sejam eles de qualquer Partido, e dizer que hoje esta Casa vai prestar uma homenagem a um jovem comunicador, a um jovem empresário que está abrindo a maior rede de televisão do Estado do Paraná, sem me-

nosprezar a TV Paranaense, do meu querido Dr. Francisco da Cunha Pereira, a rede do Dr. Paulo Pimentel, a rede do meu querido Joel Malucelli, a rede Exclusiva que está aí começando, a CNT e a Rede Independência de Televisão onde eu mantenho um programa, onde o Deputado Antonio Belinati mantém também, a Rede Independência está aplicando mais no Paraná, levando o Paraná, aplicando na sua programação local.

A Rede Independência, a Rede Record do Paraná tem o objetivo de aplicar mais no seu jornalismo, abrir o Jornal da Independência, todas as noites, para todos os partidos políticos. É um jornalismo municipalista aquilo que se prega na Rede Independência de Televisão. Nós temos a nossa programação em Toledo, em Maringá, em Londrina, em Cornélio Procopio, temos a nossa programação na capital do Paraná. É uma rede forte, acreditem os senhores, e o empresário Leonardo Petrelli é o mais jovem empresário da comunicação brasileira do Paraná.

É um moço simples, honesto, decente, que ama televisão. Ele gosta do Paraná. Ele aplica no Paraná e está agora começando hoje. Participei de uma reunião, começando hoje a ampliar uma série, inúmeras repetidoras como vai receber Paranaguá, Ponta Grossa, como vai receber a terra do Jocelito, do Deputado Luiz Carlos Zuk, Plauto, como vai receber uma nova retransmissora o litoral do Paraná, Foz do Iguaçu vai receber também, a terra do meu querido Deputado Sâmis vai receber também uma retransmissora, a terra do meu querido Deputado Edno, também vai receber a retransmissora, a terra a que me refiro da região do Deputado Nelson Tureck, aonde eu já entro, mas o empresário Leonardo Petrelli está ampliando também a sua rede para todas as regiões do Estado do Paraná.

Então, queria deixar patenteado nesta tarde, o meu projeto ele não visa interesses eleitoreiros. Não. O que ele visa? É uma homenagem justa, como já receberam todos aqueles que dirigem as suas redes de comunicação no Estado do Paraná. Nós estamos prestando nesta tarde uma homenagem benemerita, que vai sancionada pelo Governador Jaime Lerner, uma homenagem não minha, mas dos 54 Deputados desta Casa que não vão homenagear a mim, não vão homenagear o Governador Jaime Lerner, vão homenagear um moço, jovem, que está acreditando no Paraná, está levando no ar aquilo que é o Paraná, como já está em Umuarama, já estamos em várias cidades do Paraná. Realmente, esta tarde, em meu nome, em nome do Deputado Antonio Belinati, do Deputado José Tavares, de todos aqueles que amam a comunicação do Paraná, que precisam da comunicação do Paraná.

Agradeço de coração que os senhores

vão votar hoje na segunda e última votação, uma homenagem correta, porque este jovem realmente merece o título de cidadão benemerito do Paraná, não pelo seu nome, mas porque está fazendo gerar no Paraná, acreditem em mim, a mais jovem rede de televisão do Estado e esta Rede Independência de Televisão, junto com a Rede Record de Televisão, vai ser, acreditem os senhores, a maior rede brasileira do Paraná, da comunicação do nosso Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Encerrado o horário do Pequeno e Grande Expedientes, passamos ao Horário das Lideranças: PFL, PPR.

(Declinam).

PMDB com a palavra. Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Rapidamente comentar sobre três assuntos no dia de hoje. O primeiro deles um assunto que consterna todos nós paranaenses, que é o falecimento do ilustre Desembargador Negi Calixto, pessoa pela qual sempre tivemos o maior respeito e admiração porque não só tratava com carinho e admiração este Parlamentar, mas também a este Parlamento pelo qual sempre endereçou as maiores atenções e sempre procurou em favor do Parlamento do Estado na condição de representante do Poder Judiciário, desenvolver um trabalho que dignificasse não só o Poder Judiciário em todas as funções e por todas as funções pelas quais passou, mas também pelas quais passou, mas também dignificar esta Casa de Leis que sempre procurou também ser parceira do Poder Judiciário do Paraná.

Portanto, neste momento, lamentar esta perda significativa para a Justiça do nosso Estado que é o falecimento do Desembargador Negi Calixto.

Como estamos falando em Poder Judiciário, devo salientar que na última semana, atendendo a determinação do Presidente Anibal Khury, estivemos participando de um fórum onde se tratava sobre diversos assuntos do Poder Judiciário, mas o tema principal era Penas Alternativas.

E lá estava nosso amigo, Renné Ariel Dotti, grande jurista do Paraná, o Presidente do Tribunal de Justiça, Dr. Cláudio Nunes do Nascimento e as mais altas autoridades do Poder Judiciário deste Estado, e também outras pessoas de São Paulo, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

E, naquela oportunidade, uma das reivindicações maiores que se fazia a esta Casa de Leis, era de que esta Assembléia Legislativa envidasse todos os esforços, e nós aqui, diversos são os Parlamentares que

estão trabalhando nesta tese, de que o mais rapidamente se discutisse e se votasse, no Plenário desta Casa, a criação da Vara de Execuções Penais em Londrina.

E sabemos que esse é um trabalho que já há mais tempo vem sendo desenvolvido por diversos Parlamentares, e principalmente pelo Deputado José Tavares, que tem sido um grande batalhador, já se pronunciou diversas vezes aqui, na Tribuna da Assembléia, e como Secretário da Justiça deu a sua contribuição decisiva para que hoje fosse possível fazermos a descentralização da Vara de Execuções Penais para Londrina, depois para Maringá, Cascavel e foz do Iguaçu. Lá já existem ou estão em fase de término as obras de construção de presídios que dará, certamente, também a descentralização de presídios de nosso Estado, fazendo-se necessário, portanto, que nós venhamos a ter descentralizado, o mais rapidamente possível, a Vara de Execuções Penais, hoje já proposta para Londrina e brevemente para Maringá.

E, finalmente dizer também que hoje de manhã tivemos o privilégio de participar da posse do nosso amigo José Carlos Gomes de Carvalho, à frente da FIEP. Sem sombra de dúvida uma demonstração de amizade e acima de tudo de liderança teve hoje o companheiro Carvalhinho, ao reunir, nas dependências do Clube Curitibano, lideranças das mais expressivas do setor empresarial, das federações de todos os setores, seja da indústria, do comércio, da agricultura, enfim lá estavam as mais ilustres autoridades do meio empresarial deste Estado e do nosso País. Além disso lá estavam o governador Jaime Lerner, a vice-Governadora, Emilia Belinati, os ex-Governadores Álvaro Dias, Paulo Pimentel, Emilio Gomes, Deputados Federais, Estaduais, Prefeitos, enfim, uma demonstração de que realmente a presidência da FIEP está em mãos dinâmicas e em mãos que realmente sabem usar a cabeça para agregar em torno de idéias aquilo que precisa ser feito, em termos de Estado do Paraná, em favor do setor industrial.

Portanto registro em meu nome e tenho certeza da Bancada do partido ao qual pertenço, votos de congratulações, de pleno êxito ao Dr. José Carlos Gomes de Carvalho à frente da FIEP.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - PP, Deputado Sérgio Spada.

O SR. SÉRGIO SPADA - Sr. Presidente, Srs. Deputados. Estive pela manhã na sede da ITAIPU Binacional, para pessoalmente cumprimentar o novo diretor Geral dessa empresa que tomou posse no final de semana, desejando ao mesmo sucesso, êxito na

direção dessa empreitada que é dirigir essa grande empresa que gera 25% de energia nacional que é a ITAIPU Binacional que é o ex-Deputado Euclides Scalco. Para Scalco e a toda equipe que compõe a diretoria dessa empresa o desejo meu particular, do meu partido, o nosso Partido de que ele tenha êxito e sucesso na gestão da ITAIPU Binacional.

Sr. Presidente, Srs. Deputados estou apresentando um projeto de lei que julgo da maior importância a esta Casa para apreciação dos nobres pares. O projeto de lei que cria o programa de crédito educativo para atender estudantes carentes no Estado do Paraná. Nos moldes do crédito educativo, mantido e criado pelo Governo Federal. Quero que o Estado do Paraná proporcione a milhares de alunos que chegam às universidades com muitas dificuldades passando por vestibulares difíceis e que no decorrer do curso abandona a faculdade por não ter condições de pagar as anuidades, as mensalidades. Muitos casos de pessoas conhecidas amigas nossas estão passando por essa dificuldade. No tempo em que fiz a faculdade, tenho até a honra e o orgulho de poder dizer que a fiz graças e tão somente as chamadas bolsas de estudos que os Parlamentares tinham na época. Num determinado momento como Deputado Estadual eu tinha esta bolsa de estudos, como meus colegas também tinham foi extinta, não existe mais, e hoje afora o crédito educativo criado e sustentado pelo Governo Federal, não há outra forma ou fórmula de um estudante carente pagar os seus estudos nas Universidades particulares. É importante na minha avaliação fazer essa reflexão com os meus companheiros, com os colegas parlamentares desta Casa. O governo investe milhões e milhões de reais no ensino superior, particularmente aqui no Estado do Paraná, onde a maioria das faculdades são mantidas pelo dinheiro do Estado. Agora acontece um processo seletivo altamente discriminatório na fase do vestibular.

Quem é o aluno que passa no vestibular, é o aluno que teve condições de fazer uma boa escola particular porque os pais tem condições de pagar a anuidade, a mensalidade, é o aluno filho do pai abastado que tem condições de fazer um excelente curso preparatório pré-vestibular, é esse que passa no vestibular e vai ocupar os bancos escolares daquele aluno que deveria realmente estar ocupando aquele espaço.

O aluno filho de famílias pobres, não chega ou raramente chega a faculdade, porque o processo seletivo privilegia justamente os mais abastados, os que têm melhores condições, de vez em quando o filho de um pobre, um trabalhador passa no

vestibular e dentro da faculdade se vê obrigado até mesmo a abandonar a faculdade porque não tem condições de pagar o ensino.

O Sr. Geraldo Cartário (Aparte) - Deputado

Sérgio Spada, o Projeto que V.Exa. menciona que irá apresentar a essa Casa, sem dúvida, é de alta envergadura. Só queria lembrar a V.Exa. que na legislatura passada, no ano passado, esta Casa, essa Assembleia aprovou um projeto de minha autoria de crédito educativo. S.Exa. o Governador o vetou alegando falta de recursos e ainda alegando que o Estado do Paraná é um dos poucos Estados que mantém o 3º grau gratuitamente em todas as regiões do Estado, à exceção da Região Metropolitana de Curitiba. Isso nos levou a levantar dados sobre a situação dos nossos estudantes de 3º grau e por incrível que pareça, precisamente em Curitiba e na Região Metropolitana que eu, o Deputado Luiz Carlos Martins, o Deputado Neivo, Dr. Rosinha, Ricardo Chab, Carlos Simões, Algaci Túlio e tantos outros Deputados aqui da região, nos preocupávamos em apresentar esse projeto criando o crédito educativo, inclusive com levantamentos feitos junto ao próprio BANESTADO que poderia ser o gerente, gerenciar todos esses recursos desse empréstimo.

Acontece que o Banco do Estado alegou mil problemas para não assumir essa responsabilidade e nós levantávamos naquela época, já que o Paraná já teve esse crédito educativo e o Pessuti deve lembrar disso, porque foi no seu tempo, quando a FUNDEPAR pagava aos estudantes e eles repassavam um recurso que se pagaria depois. Inclusive, meu cunhado que é colega do Pessuti, veterinário, pagou após se formar, alguma despesa que teve nesse curso, juntamente à FUNDEPAR.

Então estamos totalmente favoráveis e queremos dizer que desejamos mais êxito no seu projeto, talvez agora no governo atual haja mais condições que no governo anterior, que foi vetado pelo governo, mas a nossa preocupação, Deputado Sérgio Spada, V.Exa. que representa uma região que tem recursos do governo do Estado, de 3º grau, gratuitamente pelo Estado, o que pedimos aos Deputados do interior, é que se unam aos Deputados aqui de Curitiba, da região Metropolitana, para termos se não uma Universidade metropolitana, porque o projeto está em andamento, é um projeto nosso, pelo menos uma Faculdade igual a Cascavel, igual a Foz do Iguaçu, Marechal Cândido Rondon, à Toledo e etc..

Então a nossa reivindicação é para se reparar esse grande abuso econômico do dinheiro público com relação ao povo de Curitiba e ao povo dos municípios da Região

Metropolitana.

Obrigado.

O Sr. Orlando Pessuti - Me concede um aparte?

O Sr. Luiz Carlos Alborghetti - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. SÉRGIO SPADA - Só para concluir o meu raciocínio.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Concedido o horário do PTB a V.Exa..

O SR. SÉRGIO SPADA - Agradeço. Deputado Geraldo Cartário, é bem verdade, o governo do Estado do Paraná é um dos governos estaduais que mais banca o ensino superior, disparado se comparado com Estados como Rio Grande Do Sul, São Paulo e outros estados da federação. Mas esse dinheiro dispendido pelo Estado vai beneficiar os alunos filhos e famílias mais abastadas ou com melhor poder aquisitivo. É exatamente esse aluno que passa no vestibular exatamente por estar melhor preparado. Então, o filho de família pobre não passa no vestibular, na escola pública, uma vez que a concorrência é excessivamente grande. Então realmente o Estado gasta mas está gastando com quem não precisa e que efetivamente precisa do apoio do Estado, não está tendo recursos.

Concedo aparte ao Deputado Orlando Pessuti.

O Sr. Orlando Pessuti - Deputado Sérgio Spada quero me somar a V.Exa. em tão brilhante iniciativa de propor a instituição de um financiamento no estilo crédito educativo para os estudantes do Estado do Paraná e essa sua proposta, como bem disse o Deputado Geraldo Cartário, vem em boa hora, e nós que já tivemos oportunidade de nos somar ao Deputado Geraldo Cartário em outra ocasião, o fazemos agora perante V.Exa. porque entendemos que uma grande parcela de paranaenses de filhos de paranaenses deixam de cursar uma faculdade, deixam de obter o nível de escolaridade, superior, por absoluta falta de condições para pagar um curso universitário. Nós do Paraná temos o privilégio de ter tido em nosso Estado, governadores que se preocuparam com o ensino superior. Tivemos lá atrás, o Governador Paulo Pimentel que instituiu a Universidade de Ponta Grossa, a de Londrina, a de Maringá, e tivemos por ocasião da Assembleia Estadual constituinte a instituição da UNICENTRO e da UNIOESTE e em processo também de formação a UNIVALE lá na região de Francisco Beltrão, Palmas, União da Vitória e Pato Branco.

E tivemos também, é bom que se registre, da parte do ex-Governador Álvaro Dias a tomada de decisão de transformar o ensino de terceiro grau nas Universidades e Faculdades Estaduais, totalmente gratuitas. É bem verdade que ao transformar em totalmente gratuito beneficiou as pessoas carentes e as não carentes, mas foi uma atitude arrojada, corajosa, e que num determinado momento entendeu que investir na educação e também na educação de terceiro grau era fundamental e prioritário para o Estado do Paraná e é por isso que nós sempre reverenciamos o nome do ex-Governador Álvaro Dias por ter adotado esta posição durante o seu governo em transformar em gratuito o ensino de terceiro grau nas Universidades e Faculdades Estaduais.

Tem razão o Deputado Geraldo Cartário quando diz que na região metropolitana, em Curitiba, não temos o privilégio de ter aqui uma Universidade ou uma Faculdade Estadual. Só temos aqui ensino gratuito na Universidade Federal, Todas as demais faculdades, universidades, são pagas, são de iniciativa privada. E este sofrimento também existe na região que represento nesta Assembléia, junto com outros Parlamentares, que é o Vale do Ivaí, que tem como cidade polo regional, Ivaiporã, onde a única faculdade que existe também é uma faculdade particular e que embora cobrando uma prestação eu diria até com valores baixos em relação as demais, mas que também é uma barreira, é um empecilho para que centenas, milhares de pessoas carentes deixem de estudar.

Portanto, me somo a V.Exa. para que possamos levar adiante esta idéia do crédito educativo porque o financiamento ao crédito educativo através do crédito educativo, ele é tão importante ou mais importante do que qualquer outro financiamento que a gente faça para o ser humano ter a sua casa, para o ser humano poder fazer a sua plantação agrícola, para adquirir o seu veículo, o seu trator, ou os equipamentos para exercer a sua profissão.

Investir na educação, sem sombra de dúvida é o melhor de todos os investimentos e o crédito educativo, sem sombra de dúvida, é uma forma de investir na educação.

Portanto, tem V.Exa. o meu apoio e acima de tudo o entusiasmo pela idéia que é renovada neste momento através de V.Exa.

O Sr. Luiz Carlos Alborghetti - Cedo o horário do PTB para V.Exa.

O SR. SÉRGIO SPADA - Obrigado, Deputado Orlando Pessuti, que conheço muito bem, até porque chegamos juntos nesta Casa tão logo formados, eu inclusive fazendo faculdade nesta Casa, V.Exa. morador da

Casa do Estudante Universitário, lembro até hoje quantas lutas o senhor travou como Deputado para manter a Casa do Estudante, e muita gente, muitos dos Parlamentares que aqui estão, estão graças ao crédito educativo, a bolsa de estudo, ou algum tipo de apoio que se não houvesse naquele momento não teria chegado a esta Casa ou ao seu curso superior.

Deputado Alborghetti, com muito prazer lhe concedo o aparte.

O Sr. Luiz Carlos Alborghetti - (Aparte) -

Deputado Sérgio Spada, adorei o tema que V.Exa. traz a esta Casa, porque no meu primeiro mandato eu entrei com um projeto aqui criando, debati muito com o Deputado Caíto Quintana, criando o cursinho gratuito para os estudantes, o Deputado Pessuti lembra-se do meu projeto, criei esse projeto na Assembléia, o projeto é meu, debati com o Deputado Orlando Pessuti, debati, mas não obtive eco na época do meu Governador que era o Álvaro Dias. O Álvaro me chamou ao Palácio e disse, olha, Alborghetti, não tenho condições de colocar esse sonho em prática. Mas deixei um grito de alerta ao Governo naquela época que há necessidade de o estudante pobre ter um cursinho gratuito no Estado do Paraná.

Tanto é que para felicidade minha, assistindo o horário do TRE, eu sempre tive uma conduta e os Deputados mais antigos me conhecem, disse ao Governador Álvaro Dias que eu não iria apoiá-lo, além de ser meu particular amigo, meu compadre, e que iria apoiar o Governador Jaime Lerner, porque eu estava na coligação Jaime Lerner e cumpri a minha palavra e apoiei o Governador Jaime Lerner. E no horário do TRE, até aplaudi o Governador Álvaro Dias, que ele apresentou, na sua proposta de Governo, quase já chegando as eleições, ele apresentou que se ele fosse eleito colocaria um projeto em prática que seria o do cursinho gratuito aos estudantes carentes do Paraná, o meu projeto. Puxa, fico feliz, da minha idéia ser colocada no horário do TRE. Então digo que não sou eu que passo por este problema na Assembléia. V.Exa. pode ir ao meu gabinete, estou ajudando vários estudantes, com parte dos meus subsídios.

Não dou a bolsa, dou auxílio estudo, dentro das minhas condições, 150 para um, 200 para outro, estou ajudando uma menina que está na Tuiuti, também, mas esse não é problema só meu, é de todos os gabinetes. V.Exa. sabe que muita gente vai nos procurar pedindo uma bolsa de estudos e nós não temos condições!

Acharia que se o Projeto de V.Exa. se chegasse ao meu Governador Jaime Lerner ele poderia analisar este projeto.

Ele tem boas intenções na área de Edu-

cação. E que este projeto vingue, Deputado Sérgio Spada. Fico feliz em ver seu pronunciamento hoje, que seu projeto vingue não precisa repassar este dinheiro para os Deputados, não há necessidade disso. Acho que cada Deputado poderia levar o número essencial de estudantes e chegar lá, sem burocracia e conseguir esta verba, junto ao Governo do Estado, para que nós pudéssemos pegar estes jovens de famílias carentes de uma renda suficiente para adentrar aos portões de uma Universidade.

Então fico feliz de apartear-lo, nesta tarde, fico feliz que V.Exa. traga este projeto e pode contar com meu voto. Esta é uma idéia que V.Exa. está plantando dentro deste parlamento e que vai de encontro as aspirações do Governador do Estado do Paraná, Jaime Lerner.

Muito obrigado.

O SR. SÉRGIO SPADA - Obrigado Deputado Alborghetti que vem se somar às minhas idéias, ao meu pensamento.

No meu projeto o gerenciamento deste crédito acontece através do BANESTADO, com a supervisão da Secretaria da Educação. A definição do beneficiado acontece dentro da própria Universidade, sendo os estudantes e a direção da Faculdade e o BANESTADO os fiscalizadores do processo. Os fundos viriam da arrecadação de 3 loterias da LOTOPAR, por ano, toda a arrecadação comporia o fundo inicial deste projeto.

Este é um recurso que pode voltar a criar um fundo que não vai ser uma doação, mas sim uma linha de crédito para financiar o estudante carente, a nível superior no Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - No Horário do PT, palavra com o Dr. Rosinha.

O SR. FLORISVALDO FIER - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A política econômica do Presidente Fernando Henrique tem levado o nosso País a uma grande concentração de renda e levado já desde o início na hora da criação da URV até a presente data a uma perda salarial de todos os trabalhadores. Com o intuito de querer dizer que as suas medidas econômicas não leva os trabalhadores a perderem Fernando Henrique edita medida provisória aonde estabelece a negociação livre entre trabalhadores e patrões. Aonde estabelece que todos os trabalhadores poderão através de seus representantes sentar com a classe patronal e reivindicar não somente as questões inflacionárias, mas também inclusive a participação no lucro das empresas. Nós sabemos que esse tipo de política é uma política na qual

leva a classe trabalhadora a acumular perdas e mais perdas se ela não tiver poder de força ou de pressão uma vez que a classe patronal não negocia os representantes dos trabalhadores no caso os sindicatos. E estabelecer em Lei que os trabalhadores terão acesso a fatia da produtividade significa que os trabalhadores têm que ter acesso a prestação de contas das empresas, através de ter acesso a todas a movimentação de entrada e saída das empresas seja ela Ltda ou Sociedade Anônima. Só que ao estabelecer a negociação direta, ao estabelecer a sua participação nos lucros não definiu critério e meios pelos quais os trabalhadores tomem conhecimento de qual é a lucratividade dessas empresas.

E isso nós podemos citar inúmeros exemplos ou quase todos na qual os trabalhadores não têm tido acesso direto as contas das empresas para reivindicar a questão da produtividade. Ultimamente estão os bancários negociando a sua condição salarial mas não têm tido acesso. Os jornalistas tem procurado a negociação com os vários setores da imprensa e também não têm tido acesso as contas dessas empresas.

Portanto estabelecerem medidas provisórias, estabelecerem leis que trabalhador terá participação no lucro se ele não tem acesso as contas da empresa, as empresas podem alegar que estão tendo prejuízos e não negociarem absolutamente nada com os representantes dos trabalhadores.

Hoje no setor da imprensa desta Casa, podemos observar que todos os jornalistas estão com uma ou outra peça de roupa ou com uma tarja de cor escura ou de cor preta.

Isto porque estão reivindicando como diz o material de campanha deles, uma fatia do bolo da lucratividade das empresas, seja ela qual for, e tem sentido e tem tido resistência do setor empresarial do nosso Estado para que não negociem com os representantes dos trabalhadores no caso o Sindicato dos Jornalistas. Nesse horário da liderança do Partido dos Trabalhadores em nome do PT, queremos apoiar a luta do Sindicato dos Jornalistas.

Queremos conclamar aos senhores empresários que cumpram a legislação vigente em nosso País, que cumpram os dispositivos legais, no sentido de fazer a negociação entre as partes e de dar condições mínimas de trabalho a esses trabalhadores. Reivindicam um piso salarial de mil e treze reais, que não é nenhuma fortuna, Senhores Deputados.

É um pouquinho acima do que reza a proposta do DIEESE de salário mínimo para todos os trabalhadores.

Reivindicam um plano de cargos e salários no sentido de quem tem mais tempo de uma empresa, que tenha também, melhores

salários e reivindicam a participação no lucro das empresas de acordo com o dispositivo legal que ora não vem sendo cumprido pela maioria da classe patronal brasileira.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - PDT com a palavra, PSDB com a palavra, liderança do governo.

Não havendo mais oradores, a Mesa Executiva associa-se à presença, em nossa galeria, dos estudantes de Castro, acompanhados pelos professores, bem como, algumas diretoras, e que após uma visita na Refinaria de Araucária nos deram a honra de vir conhecer os Senhores Deputados e esta Casa de Leis do Paraná.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Ofício nº 231/95, subscrito pelo Sr. Deputado Marquinhos Alves, constante do expediente, comunicando que no dia 14 do corrente mês, estará em núpcias, motivo pelo qual deverá ausentar-se dos trabalhos desta Casa por um período de 15 (quinze) dias, a partir desta data. **A Diretoria Legislativa, para anotar.**

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Sérgio Spada, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** **A Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Neivo Beraldin constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** **A Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Marquinhos Alves, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** **A Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** **A Diretoria Legislativa.**

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Sr. Deputado Beto Richa, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** **A Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** **A Diretoria Legislativa.**

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Estou encaminhando à Mesa, pedindo a inversão da Ordem do Dia para o procedimento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Em discussão.
Em votação.

Aprovado o requerimento de inversão da Ordem do Dia.

De conformidade com o requerimento acima aprovado, passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 021/95, de autoria do Deputado Anibal Khury, que autoriza a realização de plebiscito para que a população decida sobre a criação do município de Manfrinópolis, desmembrado de Salgado Filho. **PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. (Publ. no D.A. nº 50, de 15.05.95)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 021/95

P A R E C E R:

A proposição em tela, de autoria do Deputado Anibal Khury, tem por objetivo autorizar a realização de plebiscito para que a população decida sobre a criação do município de Manfrinópolis, desmembrado de Salgado Filho.

Chamada essa Comissão para analisar o projeto, este obteve o parecer favorável do Deputado Nelson Justus, que no entanto, foi rejeitado, por não constar no referido projeto a Certidão do IBGE.

Uma vez designado novo Relator e anexada a Certidão do IBGE, nos manifestamos favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.10.95

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

WALMOR TRENTINI - Relator

Em votação.

O SR. EMERSON NERONE (Para Encaminhar) - Sr. Presidente o Projeto de Resolução nº 21/95 em 1ª Discussão, cria o município de Manfrinópolis, desmembrado do município de Salgado Filho.

Esse município de Manfrinópolis terá como sede o local onde se encontra Encantilado. O nome do distrito, é Encantilado e lá tem um homem que se intitula "Rei do Encantilado".

É um madeireiro, três vezes vereador, que tem um filho chamado Walter Manfrin e que quer ser o prefeito do futuro município que vai criar ali, mas porque eles não gostam do nome de Encantilado, eles resolveram dar uma homenagem e pediram então à Assembléia Legislativa que se criasse o município de Manfrinópolis ou melhor Cidade de Manfrin, Cidade dos Manfrins, mesmo porque aquele madeireiro já se considera "rei" de Manfrim.

O Partido dos Trabalhadores se posicionou contrário na Comissão de Constituição

e Justiça por achar que isto se constitui numa afronta à população daquele distrito e votaremos contrários e pedimos o encaminhamento das outras Bancadas contrárias a criação de Manfrinópolis, mesmo porque, se lá tivesse condições estruturais para se criar um novo município, deveria então se chamar Encantilado e jamais Manfrinópolis.

Manfrinópolis não, Cidade do Manfrin é dar a ele de fato o título de "rei" daquela cidade e época de coronéis, época de reis em algum lugar, esta época já passou. O Paraná está em 1995.

Portanto, Sr. Presidente, peço a retirada por dez sessões desse projeto para que haja uma melhor análise por parte dos Deputados deste Parlamento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Com a palavra o Deputado Orlando Pessuti, para encaminhamento de votação.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Para Encaminhar) - Acho, Sr. Presidente, que o requerimento não precisaria, obrigatoriamente ser por dez sessões, porque se aprovarmos as sessões significa que estaremos inviabilizando a aprovação deste projeto para, evidentemente, não dar tempo ao TRE de marcar o plebiscito.

Então, sugiro ao Deputado que retire por apenas uma Sessão para que se possa fazer os entendimentos com o autor do Projeto, Deputado Anibal Khury.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - A Mesa informa ao ilustre Deputado Nerone que foi encerrada a discussão. Está no encaminhamento de votação. Poderíamos votar em primeira discussão este projeto e retirar em segunda, de acordo com o entendimento com o autor do projeto.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Ou apresentar Emenda mudando o nome.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Ou apresentar Emenda que será retirada automaticamente e remetida às Comissões.

O SR. EMERSON NERONE - Sr. Presidente, apenas para esclarecer, a Bancada do PT se posiciona contrária não só ao nome desse projeto, mas também às condições de existência de um futuro município naquele lugarejo, não menosprezando, mas Encantilado é um lugar difícil de se encontrar, faz parte de um município distante, o município de Salgado Filho, algumas das populações anexadas a este distrito vão ter que caminhar muito mais tempo para chegar à sede do novo município do que para as sedes dos municípios próximos dali, que é caso de Francisco Beltrão e outros.

Portanto, vamos votar contrariamente e amanhã vamos pedir a retirada por dez sessões e já fica então consignado a isto. Peço o voto contrário das outras Bancadas nesta questão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Em votação o projeto.

Aprovado, com voto contrário da Bancada do PT.

Posteriormente, o entendimento do Deputado Nerone com o autor do projeto será mesmo viabilizada a sua retirada, de acordo com interesse de ambos.

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 364/95, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães Filho, que declara de Utilidade Pública a Fundação de Promoção e Proteção às Pessoas Portadoras de Deficiências de Ponta Grossa - Fundação Promover, com sede e foro em Ponta Grossa. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 360/95, de autoria do Deputado Joel Coimbra, que declara de Utilidade Pública a Associação Beneficente e Cultural dos Aposentados e Pensionistas de Maringá - ABECAM. PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 290/95, de autoria do Deputado Luiz Carlos Alborghetti, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Paraná, ao Sr. Leonardo Petrelli Neto. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.

Inclusive com voto do próprio autor.

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 253/95, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Aposentados e Pensionistas de Telêmaco Borba/PR. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Em votação.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Requerimento verificação de votação.

O SR. ANTONIO ANNIBELLI (Pela Ordem) - Requerimento chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Esta Mesa defere e fará a verificação de votação, com chamada nominal dos Srs. Deputados

(É procedida a chamada nominal).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação em 2ª. Discussão do Projeto de Lei nº 253/95.

Aprovado, o Projeto, artigo por artigo.

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - da Proposição nº 014/95. Proposta de emenda à Constituição do Estado do Paraná, de autoria do Bloco Parlamentar Municipalista. Suprima-se do Artigo 179, § 7º, da Constituição Estadual, a expressão "até o limite de 10% (dez por cento), devendo a despesa excedente ser financiada com outros recursos orçamentários". PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO ESPECIAL DE REFORMA À CONSTITUIÇÃO. SUBSTITUTIVO GERAL DA C.E.R.C.. Em votação.

Esta Presidência esclarece ao Plenário que, para votação da Proposição nº 14/95, proposta de emenda à Constituição do Estado do Paraná adotará os dispositivos pelo § 5º do Artigo 64 da Constituição do Estado e Artigo 196 do Regimento Interno, ou seja, a votação será pelo processo nominal da seguinte forma: 1º) Os nomes serão enunciados em voz alta pelo Senhor 1º Secretário; os Senhores Deputados, levantando-se de suas cadeiras, responderão "sim" ou "não", conforme aprovem ou rejeitem a matéria em votação. § 4º do Artigo 167 do Regimento Interno.

A Presidência deseja salientar que para aprovação da proposição serão necessários 3/5 dos votos dos membros da Assembleia, ou seja, 33 votos "sim".

Solicito ao Senhor 1º Secretário que dê início à chamada nominal para votação, excluindo a chamada do Presidente, que não pode votar.

(É procedida a chamada nominal dos Senhores Deputados).

Votaram 43 Senhores Deputados.

Pela aprovação da Emenda, responderam "sim", 41 Senhores Deputados.

Pela rejeição da Emenda, votaram 2 Senhores Deputados.

Aprovada a Emenda.

Sobre a mesa, Requerimento nº 2968, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2925 e 2926, de autoria do Senhor Deputado Emerson Nerone, constantes do expediente. Em discussão.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do Art. 155 do Regimento Interno.

Requerimentos nºs 2927 e 2928, de autoria do Senhor Deputado Emerson Nerone, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2929 e 2930, de autoria do Senhor Deputado Marquinhos Alves, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2979, 2980 e 2981, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Senhor Presidente Anibal Khury, ouvi Vossa Excelência ler alguns requerimentos de pesar pelo falecimento do Desembargador Negi Calixto, e, por total falta de tempo para bater um requerimento e colher assinatura de todos os Deputados presentes, gostaria que Vossa Excelência determinasse que a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná como um todo, apresentasse aos familiares do Desembargador Negi Calixto o nosso sentimento, porque considero o Desembargador Negi Calixto um exemplo de juiz, que chegou ao estágio maior do Judiciário e manteve aquela facilidade para se conversar com ele, aquela amabilidade, aquela receptividade, embora nunca declinando do cumprimento da justiça.

Acho que é um parâmetro de dignidade a ser seguido pelos demais Desembargadores.

Que a Assembleia Legislativa, um todo, preste esta homenagem.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O pronunciamento de Vossa Excelência será incorporado ao voto de pesar e a mesa desde logo vai apresentar um projeto de lei, considerando Cidadão Benemérito do Paraná, post mortem, ao Desembargador Negi Calixto.

Requerimento nº 2934, de autoria do Senhor Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2935 e 2963, de autoria do Senhor Deputado Joel Coimbra, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2938, de autoria do Senhor Deputado Marquinhos Alves, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2940, de autoria do Senhor Deputado Walmor Trentini, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2941 e 2942, de autoria do Senhor Deputado Cleiton Kielse, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2943, de autoria do Senhor Deputado Cleiton Kielse, com apoio-

mento do Senhor Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 2944 e 2945, de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 2946 e 2949, de autoria do Senhor Deputado Reny Borsatto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 2978, 2952 e 2953, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 2954 e 2955, de autoria do Senhor Deputado Eduardo Trevisan, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 2956, 2957, 2958, 2971, 2973 e 2977, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2959, de autoria do Senhor Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 2960 e 2961, de autoria dos Senhores Deputados Orlando Pessuti e Luiz Claudio Romanelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2962, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2964, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente. Em discussão.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento n°s 2969 e 2970, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2972, de autoria do Senhor Deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente. Em discussão.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento n° 2966, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2975, de autoria do Senhor Deputado Beto Richa, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2909, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente de sessão anterior. Rejeitado.

O SR. ALGACI TÚLIO - Verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Senhores Deputados que aprovam o requerimento do Deputado Rosinha, queiram levantar-se. Quatro Deputados aprovam.

Senhores Deputados que rejeitam, queiram levantar-se. 35 Rejeitam.

Requerimento n° 2932, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, com apoio dos Senhores Deputados Basílio Zanusso e Élio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2933, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2936, de autoria do Senhor Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2967, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Chab, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2976, de autoria do Senhor Deputado José Tavares, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2922, de autoria do Senhor Deputado Péricles Mello, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando uma Sessão Extraordinária para logo após, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - da Proposição n° 014/95.

Marca ainda uma sessão ordinária para quarta-feira, dia 11, às dez horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 352/95.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 021/95.

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 257, 362, 365 e 370/95.

com a presença do Presidente do Banco do Estado do Paraná.

Marca ainda uma Sessão Secreta para quarta-feira, dia 11, à hora regimental,

Levanta-se a sessão.